



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 057 - SÁBADO, 11 DE MAIO DE 2002 - BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – PTB – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT	3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO Jefferson Pérez – Bloco Oposição – AM	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Artur da Távola Vice-Líder Romero Jucá Eduardo Siqueira Campos Lutz Odrício LIDERANÇA DO PMDB – 24 Líder Renan Calheiros Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mesquita Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Francisco Escórcio	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17 Líder Geraldo Melo Vice-Líderes Vago Romero Jucá Vago Freitas Neto Vago LIDERANÇA DO PFL – 16 Líder José Agripino Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Moreira Mendes Maria do Carmo Alves	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 9 Líder Eduardo Suplicy Vice-Líderes Emília Fernandes Tião Viana Roberto Freire LIDERANÇA DO PDT – 5 Líder Sebastião Rocha Vice-Líder Álvaro Dias LIDERANÇA DO PTB – 5 Líder Carlos Patrocínio Vice-Líder Arlindo Porto LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder Ademir Andrade Vice-Líder Paulo Harrung LIDERANÇA DO PL – 1 Líder José Alencar

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Director-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Director da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Director da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Directora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Directora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n.º 31, RISF)

Atualizado em 08.5.2002

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 58ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, 10 DE MAIO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 134, de 2002 (nº 327/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 2, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de seis milhões e setecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.441, de 6 de maio de 2002 07836

Nº 135, de 2002 (nº 328/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.442, de 6 de maio de 2002 07836

Nº 136, de 2002 (nº 329/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2002 – CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. – BOVESA, crédito suplementar no valor de seis milhões, seiscentos e dez mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.443, de 6 de maio de 2002 07836

Nº 137, de 2002 (nº 334/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2001 (nº 3.476/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sancionado e transformado na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002 07836

Nº 138, de 2002 (nº 335/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2000 (nº 2.862/97,

na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, sancionado e transformado na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.. 07836

1.2.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 905/2002, de 24 de abril último, encaminhando cópia da Decisão nº 417/2002 – Plenário, e dos respectivos Relatório e Voto que fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Merco sul/BR-282 – SC, Florianópolis – Divisa com Argentina, em resposta ao Requerimento nº 673, de 2001, do Senador Cassio Maldaner. Ao Arquivo. 07836

1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 257/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1999 (nº 1.936/99, na quebra Casa), de autoria do Senador Fernando Bezerra, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e doenças cardiovasculares, sancionado e transformado na Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002. 07836

Nº 258/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999 (nº 2.672/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Luiz Estevão, que denomina “Rodovia Luiz Carlos Prestes” o trecho que especifica da rodovia BR-020, e doenças cardiovasculares, sancionado e transformado na Lei nº 10.434, de 24 de abril de 2002. 07836

Nº 259/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2000 (nº 3.364/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Tião Vianna, que inscreve o nome de Plácido de Castro no Livro dos Heróis da Pátria, sancionado e transformado na Lei nº 10.440, de 2 de maio de 2002. 07837

1.2.4 – Pareceres

Nº 344, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 251, de

2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior. 07837

Nº 345, de 2002, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior e das Senadoras Mariana Silva e Emília Fernandes, que denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre. 07840

1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Educação

Nºs 11 e 26/2002, de 12 de março e 30 de abril do corrente, respectivamente, referentes à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da Educação Superior. 07842

Nºs 12 e 25/2002, de 19 de março e 30 de abril do corrente, respectivamente, referentes à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior e das Senadoras Mariana Silva e Emília Fernandes, que denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre. 07843

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um decimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 251 e 270, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 07843

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término de prazo para recebimento de emendas, da Medida Provisória nº 36, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$124.210.542,00 (cento e vinte quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais), para os fins que especifica. 07843

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 8 de maio de 2002 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 37, que dispõe sobre a estruturação de órgãos, criados em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. 07843

1.2.7 – Leiatura de projeto de lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 10, de 2002 – CN, que altera o Quadro VI da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria e remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 07844

1.2.8 – Leiatura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 22, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozaril do Cavalcanti, que altera os arts. 14 e 15 da Constituição Federal, para permitir o voto dos presos. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 07847

1.2.9 – Leiatura de requerimento

Nº 246, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, solicitando que seja convocado por esta Casa o Ministério do Estado do Meio Ambiente, para prestar pessoalmente esclarecimentos sobre assuntos que mencionam (MPV nº 2.166-67 – Código Florestal; Zonamento Sócio Econômico-Ecológico; crédito, investimento e fortalecimento do setor rural). Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 07849

1.2.10 – Ofícios

Nº 65/2002, de 9 do corrente, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando que seja considerada como falta justificada sua ausência nas votações nominais ocorridas na sessão de liberativa ordinária realizada no dia 8 de maio do corrente. À publicação. 07850

Nº 180/2002, de 9 do corrente, da Licitação do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 07850

S/nº, de 6 do corrente, da Associação Juizes para a Democracia, encaminhando o texto de sua Carta Aberta aos Congressistas, no qual é transmitida a preocupação para com os rumos tomas dos quanto aos projetos de modificações na legislação penal e processual penal brasileira (Juntado aos Projetos de Lei do Senado nºs 115 a 118, de 2002, de iniciativa da Comissão Mista de Segurança Pública). À publicação. 07852

Nº 56/2002, de 3 de abril último, do Senador Alvaro Dias, solicitando providências para maior celeridade no fornecimento das informações requeridas pela Procuradoria da República em São José dos Campos/SP, relativas aos fatos apurados pela CPI do Futebol (Expedientes Oficiais SF nºs 95 e 409/2002, prestando esclarecimentos ao Senador Alvaro Dias e encaminhando as informações solicitadas pela Procuradoria da República em São José dos Campos/SP, respectivamente). (Anexados ao

processado do Requerimento nº 497, de 2000). À publicação.....

07852

1.2.11 – Ofícios da Procuradoria da República em São José dos Campos/SP

Nºs 1194 e 284, de 6 de dezembro de 2001 e 21 de março de 2002, respectivamente, solicitando doimentos colhidos pela CPI do Futebol (Anexados ao processado do Requerimento nº 497, de 2000). Do comen tação en caminha da à autoridade requerente em 8 do corrente.

07855

1.2.12 – Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Nº 171/2002, de 26 de março último, solicitando a remessa de documentos colhidos pela CPI do Futebol (Anexado ao processado do Requerimento nº 497, de 2000). Documentação encaminhada à autoridade requerente em 7 do corrente.

07855

1.2.13 – Ofício do Corregedor-Geral da Justiça do Estado da Bahia

Nº 775/2002, de 12 de abril último, solicitando documentos referentes a denúncia protocolada perante a CPI do Judiciário (Anexoado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999). Documentação encaminhada à autoridade requerente nesta data.

07856

1.2.14 – Discursos do Expe di en te

SENADORA HELOÍSA HELENA – Críticas ao veto presidencial e às alterações da Câmara dos Deputados à medida provisória que regulamenta a renegociação das dívidas dos produtores rurais. Defesa da apuração das denúncias da revista **Veja** sobre o eventual envolvimento do Senador José Serra em crimes contra a administração pública. Registro de artigo do filósofo Rubem Alves, publicado na **Folha de S. Paulo** do dia 19 do corrente, a respeito de política e jejum.

07856

SENADOR CARLOS WILSON – Discriminação do governo de Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste, com forma análise de dados estatísticos do IBGE. Indignação com a extinção da Suve ne, cujo papel era preponderante no desenvolvimento da região.

07860

SENADOR FRANCISCO ESCÓRCIO – Ape lo às li de ran ças do PMDB para pruden cia na esco lha do can di da to do par ti do à vice-pre si dên cia da República.

07863

SENADORA MARINA SILVA – Realização, em setembro próximo, na cidade de Joanesburgo, da Rio+10, com tina uação da Eco-92. Impor tância da ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Quioto, da apro vação da Con venção 169 da OIT

e do cum pri men to do com pro mis so da im ple men tação da Agen da 21.

07863

SENADOR JOSÉ ALENCAR – Ape lo para a permanência do escritório regional da Adene em Montes Cla ros – MG, em vir tu de da de sa ti vação do escritório da Su de ne na que le município.

07867

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Ho me na gem ao Dia das Mães. Êxi to no man da to do Governador Neudo Ribeiro Campos à frente do Poder Executivo de Roraima.

07869

SENADORA MARLUCE PINTO – Solidari e da de à fa mí lia do Sr. Edu ar do Vi le la Mac ken zie, falecido hoje, em Brasília. Homenagem pelo transcurso do Dia do Trabalhador, comemorado em 1º de maio. Co men tá ri os so bre da dos do úl ti mo cen so do IBGE.

07872

SENADOR LAURO CAMPOS – Crí ti cas ao enfoque econômico adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso para reduzir a inflação no país.

07875

SENADOR LINDBERG CURY – Elogios à ini ci a ti va do Mi nis té rio da Jus ti ça e do De na tran em re gula men tar o uso de ra da res em vias pú bli cas.

07878

1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Consi derações sobre estudo da multinacional de consultoria **PriceWaterhouseCoopers**, so bre o acú mulo de distorções tributárias no Brasil.

07880

SENADOR EDISON LOBÃO – Importância do se tor do agro ne gó cio como um dos ins tru men tos essen cia is de uma po lí ti ca de ex por tação.

07880

SENADOR MOREIRA MENDES – Ho me na gem ao Dia das Mães.

07882

SENADOR NEY SUASSUNA – Realização, na pró xi ma se gun da fe i ra, da Cú pu la da OMS em Gene bra, oportu ni da de em que re i te ra ao Mi nis tro Celso Lafer o apoio para a admissão de Taiwan na organização, na condição de observador.

07883

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

3 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 58ª Sessão Não Deliberativa em 10 de maio de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura

*Presidência do Sr. Mozarildo Cavalcanti
da Sra. Marluce Pinto e do Sr. Lindberg Cury*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –
Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 134, de 2002 (nº 327/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 2, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de seis milhões e setecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.441, de 6 de maio de 2002.

Nº 135, de 2002 (nº 328/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.442, de 6 de maio de 2002.

Nº 136, de 2002 (nº 329/2002, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 7, de 2002-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. – BOVESA, crédito suplementar no valor de seis milhões, seiscentos e dez mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.443, de 6 de maio de 2002.

Nº 137, de 2002 (nº 334/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2001 (nº 3.476/2000, na Casa

de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, sancionado e transformado na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

Nº 138, de 2002 (nº 335/2002, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2000 (nº 2.862/97, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que altera dispositivos da Lei nº 8.457, de 4 de setembro de 1992, sancionado e transformado na Lei nº 10.444, de 7 de maio de 2002.

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 905/2002, de 24 de abril último, encaminhando cópia da Decisão nº 417/2002 – Plenário, e dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Mercosul/BR-282-SC, Florianópolis – Divisão Argentina, em resposta ao Requerimento nº 673, de 2001, do Senador Casildo Maldaner.

*As informações foram encaminhadas,
em cópia, ao Requerente.*

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 257/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1999 (nº 1.936/99, na quebra da Casa), de autoria do Senador Fernando Bezerra, que institui o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.439, de 30 de abril de 2002.

Nº 258/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 1999 (nº 2.672/2000, naquela Casa), de autoria do

Senador Luiz Estevão, que denomina “Rodovia Luiz Carlos Prestes” o trecho que especifica da rodovia BR-020, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.434, de 24 de abril de 2002.

Nº 259/2002, de 8 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2000 (nº 3.364/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Tião Viana, que inscreve o nome de Plácido de Castro no “Livro dos Heróis da Pátria”, sancionado e transformado na Lei nº 10.440, de 2 de maio de 2002.

PARECERES

PARECER Nº 344, DE 2002

Da Comissão De Educação, ao Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior.

Relatora: Senadora **Marluce Pinto**

I – Relatório

De autoria do Senador Carlos Bezerra, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 251, de 2001, acrescenta parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com o objetivo de dispor sobre o acesso aos cursos de graduação do ensino superior.

O projeto assegura a matrícula, em curso de graduação da educação superior, do estudante do último ano do ensino médio classificado em processo seletivo, mas cuja formatura tenha sido adiada por greve de professores. Esse estudante, no entanto, fica obrigado a apresentar o respectivo diploma no prazo de trinta dias após o término do período de letivo em questão, sob pena de nulidade da matrícula.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição.

A matéria tem de ciência terminativa desta Comissão de Educação.

II – Análise

O PLS nº 251, de 2001, toca em um problema bastante delicado: a situação dos formandos do ensino médio prejudicados, em suas aspirações de acesso ao ensino superior, pelas greves docentes, que afetam, principalmente, a rede pública de ensino médio.

Embora muitos desses estudantes sejam aprovados nos processos seletivos de acesso à educação superior, acabam por perder as vagas em razão do adiamento de sua formatura e, conseqüentemente, da obtenção do diploma de conclusão do ensino médio, exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação para efetuar a matrícula nos cursos de graduação.

De acordo com o Censo Educacional da Educação Superior de 2000, foram oferecidas pouco mais de 1,2 milhões de vagas nos cursos de graduação presenciais das quais foram preenchidas quase 900 mil. O total de inscrições nos exames de seleção superou a marca de 4 milhões. Parcela considerável desse total foi composta por concluintes de escolas públicas de ensino médio. Não são poucos aqueles que, a cada ano, se sentem afetados em seus planos de acesso ao ensino superior devido a movimentos grevistas na educação.

Como lembra a justificação do PLS em tela, essa situação é injusta para os estudantes. Além das pressões relativas à escolha de seu caminho profissional e ao desempenho nos exames de seleção, os estudantes precisam enfrentar as indefinições trazidas pelas greves, bem como os prejuízos ocasionados pela interrupção do processo de aprendizagem. Por isso, ressalta a justificação do projeto, superados esses obstáculos, com a aprovação nos exames de seleção ao ensino superior, não é justo que os estudantes tenham de adiar seus planos e enfrentar novos exames para chegar à universidade, em razão do atraso na obtenção de seu diploma de nível médio ocasionado por greves dos profissionais da educação.

Esses argumentos parecem-nos fortes o bastante para sustentar o acolhimento da proposta contida na iniciativa em epígrafe, que também não sofre impedimentos jurídicos e constitucionais.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2001.

Sala da Comissão, 12 de março de 2002. – **Ricardo Santos**, Presidente – **Marluce Pinto**, Relatora – **Waldeck Ornélas Nabor Júnior** – **Freitas Neto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Marina Silva** (contra) – **Antônio Carlos Júnior** – **Geraldo Cândido** (contra) – **Ro meu Tuma** – **Mo re i ra Men des** – **Emi lia Fer nan des** (contra) – **Ger son Ca ma ta** – **Ca sil do Mal da ner** – **Mau ro Mi ran da** – **Edu ar do Sup lycy** (contra) – **Benício Sampaio** – **Val mir Ama ral**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 251 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO					MAURO MIRANDA	X/-			
CASILDO MALDANER	X/-				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X/-				ROBINSON VIANA				
GILVAM BORGES					SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X/-				ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR	X/-				MAGUITO VILELA				
JOSÉ SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA	X/-			
VALMIR AMARAL	X/-				VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO ALTHOFF					LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X/-				VAGO				
WALDECK ORNELAS	X/-				FRANCELINO PEREIRA				
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
VAGO					ROMEU TUMA	X/-			
MARIA DO CARMO ALVES					VAGO				
ARLINDO PORTO - PTB (1)					ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X/-			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X/-				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TÁVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					VAGO				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCÂNTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X/-				ROMERO IUCA				
LUIZ PONTES					LUIZ OTÁVIO - PPB				
TITULARES - BLOCO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)									
EDUARDO SUPPLY - PT		X/-			LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT		X/-			GERALDO CÂNDIDO - PT		X/-		
MARINA SILVA - PT		X/-			SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ALVARO DIAS - PDT					TIÃO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 17 SIM: 13 NÃO: 4 ABS: -

SALA DAS REUNIÕES, EM 12.03 / 2002

SENADOR RICARDO SANTOS
Presidente da Comissão de Educação

VOTO EM SEPARADO DA SENADORA EMÍLIA FERNANDES, PERANTE A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

I – Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Senador Carlos Bezerra, dispõe sobre o acesso dos estudantes concluintes superior, em decorrência de greve dos docentes.

O art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, define a abrangência dos cursos e programas da educação superior. O texto do projeto acrescenta ao parágrafo único a esse artigo, de modo a permitir a matrícula em instituição de ensino superior aos estudantes que tenham sido aprovados em processo de seleção e não detenham o certificado de conclusão do seu curso de nível médio, em razão de movimento de greve de professores.

A Relatora designada, a Senadora Marluce Pinto, oferece parecer favorável à matéria, sob a argumentação de que a situação originada pela greve prejudicaria a vida dos nossos jovens.

II – Análise

A situação objeto do projeto em pauta merece, com certeza, um olhar atento das autoridades. Cabe encontrar uma alternativa para o aluno que, no último ano do curso de nível médio, é aprovado em processo de seleção de acesso ao ensino superior, mas não pode ser matriculado pelo fato de um movimento de greve dos docentes ter impedido a expedição do certificado de conclusão do ensino médio.

Entretanto, entendemos que a discussão deverá ocorrer de forma mais ampla, atingindo outras situações de mesmo porte. Ao fazer uma discussão contextualizada, dentro de um processo gerado pela relação aluno/professor/instituição escolar resgatamos aqui, numa situação de greve, uma série de situações similares àquela levantada pelo projeto em apreço, o que, consequentemente, nos leva a pensar e decidir de forma mais abrangente:

- é atingido o aluno que necessita do seu diploma de curso superior de graduação ou pós-graduação para se candidatar a um concurso ou mesmo para efetivação de contrato de trabalho;

- igualmente fica atingido o estudante que depende do certificado de conclusão de curso ou diploma para realizar viagens de estudo ou de mudança de moradia;

- prejudica-se o profissional que necessite do diploma ou certificado para promoção no trabalho.

Vale salientar que essa questão tem uma outra face: a situação do docente. Uma situação que, ainda, é inevitável de necessitar das que deveriam ser atendidas por meio de políticas públicas de carreira, empre-

go e renda do docente brasileiro, definidas de maneira que ele possa realizar seu trabalho de educador de uma forma competente e digna, como bem dispõe o art. 206, V, da Constituição Federal. Seria de esperar que tais políticas públicas possibilitassem ao docente adquirir livros, participar de encontros acadêmicos e científicos, participar de debates, ter saúde mental e física etc. Enfim, o docente deveria ter condições de desenvolver um trabalho formativo de qualidade junto aos jovens.

O direito de greve, previsto no art. 9º da Constituição Federal, é um dos instrumentos de que a categoria pode lançar mão para agilizarmos a luta por condições mais dignas de trabalho. Não se deveria esvaizar esse direito por meio de uma iniciativa isolada. A greve, sem dúvida, é um instrumento legítimo e que não pode, hoje, ser considerado simplesmente um ato de rebeldia e de desrespeito ao estudante.

Assim, a questão em questão é uma solução provisória e isolada de uma realidade mais ampla que poderá resolver esse problema ligado à vida escolar e profissional dos nossos jovens e adultos trabalhadores. Afinal, não se deveria procurar atingir todas as situações que, de alguma maneira, são semelhantes?

III – Voto

Com base na argumentação exposta, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 251, de 2001, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251 (Substitutivo), de 2001

Inclui parágrafo único no art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca da criação, nos estabelecimentos de ensino, de comissão especial destinada a resolver, em caso de greve que afete o funcionamento da escola, pendências administrativas relacionadas aos estudantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 12.

Parágrafo único. É assegurado que as instituições escolares devam constituir, com servidores e/ou docentes, de nível superior, integrantes de seus quadros efetivos, comissão especial, de duração transitória, com o objetivo de solucionar pendências, como declarações, certificados ou diplomas que, uma

vez não expedidos, venham a prejudicar a carreira escolar dos alunos dos cursos que oferecem, durante o período de greve dos seus docentes ou de outras categorias que asseguram o funcionamento da instituição. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salada Comissão, — Senadora **Emília Fernandes**.

Of. nº CE/11/2002

Brasília, 12 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje o Projeto de Lei do Senado nº 251 de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Carlos Bezerra que, “Inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da Educação Superior”.

Atenciosamente, — Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Documentos anexados pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único do Regimento Interno.

Of. nº SF/208/2002

Brasília, 1º de abril de 2002

Senhor Presidente,

No período de 27 de fevereiro a 19 de março do corrente ano, a pauta de deliberações do Senado Federal esteve obstruída, nos termos do § 6º, do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Nesse período, essa douta Comissão aprovou, terminativamente, os Projetos de Lei do Senado nºs 251 e 270, ambos de 2001.

É entendimento desta Presidência, salvo melhor juízo, que as Comissões, ao exercerem sua atribuição constitucional prevista no inciso I do § 2º do art. 58 da Carta Magna, e nos termos do art. 92 do Regimento Interno da Casa, devem seguir as formalidades exigidas para as proposições submetidas ao Plenário do Senado também no que concerne a esse período em que as matérias constantes da Ordem do Dia estiveram sobrestadas.

Nesse sentido, para evitar possíveis questionamentos futuros quanto ao processo legislativo constitucional dos referidos projetos de lei, encaminho-os a V. Exª, para ratificação por essa Comissão.

Cordialmente, — Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

Of. nº CE/26/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão ratificou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 251 de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Carlos Bezerra que, “Inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior”, aprovado na reunião do dia 19 de março próximo passado.

Atenciosamente, — **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

PARECER Nº 345, DE 2002

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de autoria dos Senadores Nabor Júnior, Marina Silva e Emília Fernandes, que denomina “Plácido de Castro” o Aeroporto Internacional de Rio Branco, no Estado do Acre.

Relator: Senador **Geraldo Cândido**

I – Relatório

Vem a esta Comissão de Educação, para ser apreciado, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 270, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior e outros senadores. A iniciativa visa a oferecer a denominação de “Aeroporto Internacional de Rio Branco — Plácido de Castro” ao aeroporto internacional de Rio Branco, no Estado do Acre.

Na justificativa, os autores do projeto oferecem uma visão bastante abrangente da biografia de Plácido de Castro — “uma das figuras que mais contribuíram para a atual configuração de grandeza do território nacional”. Nascido no Rio Grande do Sul, o comandante Plácido de Castro, disposto a tudo para preservar os interesses nacionais, liderou a resposta brasileira à intenção boliviana de arrendar o território acreano a um grupo empresarial norte-americano. Esse feito, entre tantos atos patrióticos, justificam plenamente a homenagem que lhe oferecem os autores do PLS nº 270, de 2001.

II – Análise

É indiscutivelmente louvável a iniciativa dos senadores Nabor Júnior, Marina Silva e Emília Fernandes de prestar homenagem ao líder Plácido de Castro. Respeitado o homem público e verdadeiro referencial sócio-político do povo acreano, comandou uma luta nacional que viabilizou muito mais que uma “sim-

ples conquistadas de terras férteis e historicamente ricas em recursos naturais".

Acrescente-se ao mérito do projeto o fato de que a nova denominação oferecida para o aeroporto de Rio Branco não representa qualquer ônus para a administração pública, uma vez que mantém preservada a designação ora em vigor. Para viabilizar a homenagem, o projeto prevê apenas a justaposição do nome do homenageado ao nome original. O PLS nº 270, de 2001, ademais, reúne as condições de constitucionalidade e jurídica, bem como os requisitos legais regimentais exigidos.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001.

Sala das Comissões, 19 de março de 2002. –
Ricardo Santos, Presidente – **Geraldo Cândido**, Relator – **Juvêncio Da Fonseca** – **Gerson Camata** – **Maria Do Carmo Alves** – **Benício Sampaio** – **Romeu Tuma** – **Moreira Mendes** – **Marluce Pinto** – **Alvaro Dias** – **Casil do Mal da Ner** – **Waldeck Ornêlas** – **Antônio Carlos Júnior** – **Geraldo Althoff** – **Freitas Neto** – **Gilvam Borges**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 270 / 2001

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AMIR LÂNDIO					MAURO MIRANDA				
CASILDO MALDANER	X				PEDRO SIMON				
GERSON CAMATA	X				ROBINSON VIANA				
GILVAM BORGES	X				SERGIO MACHADO				
MARLUCE PINTO	X				ALBERTO SILVA				
NABOR JÚNIOR					MAGUITO VILELA				
JOSE SARNEY					JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
VALMIR AMARAL					VAGO				
VAGO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO ALTHOFF	X				LINDBERG CURY				
MOREIRA MENDES	X				VAGO				
WALDECK ORNELAS	X				FRANCIELINO PEREIRA				
LEOMAR QUINTANILHA					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					ROMEU TUMA	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X				VAGO				
ARLINDO PORTO - PTB (I)					ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X			
TITULARES - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FREITAS NETO	X				EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS				
ARTUR DA TAVOLA					LÚDIO COELHO				
RICARDO SANTOS					CHICO SARTORI				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					LÚCIO ALCANTARA				
BENÍCIO SAMPAIO - PPB	X				ROMERO JUCA				
LUIZ PONTES					LUIZ OTÁVIO - PPB				
TITULARES - BLOCO OPOSICÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSICÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPLICY - PT					LAURO CAMPOS - PDT				
EMÍLIA FERNANDES - PT					GERALDO CÂNDIDO - PT	X			
MARINA SILVA - PT					SEBASTIÃO ROCHA - PDT				
ALVARO DIAS - PDT	X				TIAGO VIANA - PT				
TITULAR - PSB	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO HARTUNG					ROBERTO SATURNINO				

TOTAL: 15 SIM: 15 NÃO: 0 ABS: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 19/03/2002

SENADOR RICARDO SANTOS
 Presidente da Comissão de Educação

OF. Nº CE/012/2002

Brasília, 19 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Nabor Júnior, Marina Silva e Emília Fernandes que, "Denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre".

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Documentos anexados pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único do Regimento Interno.

OF. SF/208/2002

Brasília, 1º de abril de 2002

Senhor Presidente,

No período de 27 de fevereiro a 19 de março do corrente ano, a pauta de deliberações do Senado Federal esteve obscurida, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Nesse período, essa douta Comissão aprovou, terminativamente, os Projetos de Lei do Senado nºs 251 e 270, ambos de 2001.

É entendimento desta Presidência, salvo melhor juízo, que as Comissões, ao exercerem sua atribuição constitucional prevista no inciso I do § 2º do art. 58 da Carta Magna, e nos termos do art. 92 do Regimento Interno da Casa, devem seguir as formalidades exigidas para as proposições submetidas ao Plenário do Senado também no que concerne a esse período em que as matérias constantes da Ordem do Dia estiveram sobrestadas.

Nesse sentido, para evitar possíveis questionamentos futuros quanto ao processo legislativo constitucional dos referidos projetos de lei, encaminho-os a V. Exª para ratificação por essa Comissão.

Cordialmente, Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

OF. Nº CE/25/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão ratificou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2001, de Suas Excelências os Senhores Senadores Nabor Júnior,

Marina Silva e Emília Fernandes que, "Denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre", aprovado na reunião do dia 19 de março próximo passado.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

"V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos;"

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expe-diente lido vai à publicação.

Sobre a mesa oficiais que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

São lidos os seguintes:

Of. Nº CE/11/2002

Brasília, 12 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2001, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Carlos Bezerra que, "Inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da Educação Superior".

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/26/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão ratificou, em reunião realizada no dia de hoje, Projeto de Lei do Senado nº 251 de 2001, de Sua Excelência o Senhor Senador Carlos Bezerra que, "Inclui parágrafo único no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do acesso aos cursos de graduação da educação superior", aprovado na reunião do dia 19 de março próximo passado.

Atenciosamente, – Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/12/2002

Brasília, 19 de março de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje o Projeto de Lei do Senado nº 270 de 2001, de autoria de Suas Excelências os Senhores Senadores Nabor Júnior, Marina Silva e Emília Fernandes que, "Denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre".

Atenciosamente, Senador **RICARDO SANTOS**,
Presidente da Comissão de Educação.

Of. Nº CE/25/2002

Brasília, 30 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão ratificou, em reunião realizada no dia de hoje. Projeto de Lei do Senado nº 270 de 2001, de Suas Excelências os Senhores Senadores Nabor Júnior, Marina Silva e Emília Fernandes que, "Denomina "Plácido de Castro" o Aeroporto Internacional de Rio Branco, Estado do Acre", aprovado na reunião do dia 19 de março próximo passado.

Atenciosamente, Senador **Ricardo Santos**,
Presidente da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 251 e 270, de 2001, cujos pareceres foram liados na terri mente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 36, de 2002, que *abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional*, no valor global de R\$124.210.542,00 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais), para os fins que especifica, será encaminhada, nos termos do §1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2001-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 36, DE 2002	
Publicação no DO	09/5/2002
Emendas	Até 15.5.2002 (7º dia da publicação)
Prazo Final na Comissão	09/5/2002 a 22/5/2002 (14º dia)
Remessa do processo à CD	22/5/2002
Prazo na CD	De 23/5/2002 a 05/6/2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	05/6/2002
Prazo no SF	06/6/2002 a 19/6/2002 (42º dia)
Sem modificada, devolução à CD	19/6/2002
Prazo para apreciação das modificações do SF pela CD	20/6/2002 a 22/6/2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23/6/2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso	07/8/2002 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de maio de 2002 e publicou no dia 9 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 37, que "Dispõe sobre a estruturação de órgãos, cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos do § 2º do art. 2º da Resolução nº 1/2002-CN, e da Resolução nº 2/2000-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****P MDB**

Renan Calheiros
Nabor Júnior
Gilberto Mestrinho
Juvêncio da Fonseca

Gilvam Borges
Marluce Pinto
Amir Lando
Alberto Silva

Bloco (PSDB/PPB)

Geraldo Melo
Romero Jucá
Freitas Neto

PFL

José Agripino
Francelino Pereira

Romeu Tuma
Leomar Quintanilha

Bloco Oposição (PT/PPS)

Eduardo Suplicy
Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha
Álvaro Dias

PTB

Carlos Patrocínio
Arlindo Porto

PL

José Alencar

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**

Inocência Oliveira
Francisco Coelho

Abelardo Lupion
José Carlos Fonseca Júnior

PSDB

Jutahy Junior
Antonio Kandir

Custódio Mattos
Adolfo Marinho

PMDB

Coriolano Sales
Osmar Terra

Silas Brasileiro
Osvaldo Biolchi

PT

João Paulo
Adão Pretto

PPB

Odelmo Leão
Gerson Peres

PTB

Roberto Jefferson
Fernando Gonçalves

Bloco (PDT/PPS)

Miro Teixeira
Ricardo Ferraço

Bloco (PL/PSL)

Valdemar Costa Neto
Bispo Rodrigues

Bloco (PSB/PC do B)

José Antonio Almeida
Haroldo Lima

PST

Cabo Júlio
Eber Silva

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **9-5-2002**
- Designação Comissão: **10-5-2002** (SF)
- Instalação da Comissão: **13-5-2002**
- Emendas: **até 15-5-2002** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **9-5-2002 a 22-5-2002** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **22-5-2002**
- Prazo na CD: **de 23-5-2002 a 5-6-2002** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **5-6-2002**
- Prazo no SF: **de 6-6-2002 a 19-6-2002** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **19-6-2002**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 20-6 a 22-6-2002** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **23-6-2002** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **7-8-2002** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2002-CN**Altera o Quadro VI da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Quadro VI da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo a esta lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília,

ANEXO

Demonstrativo de que trata o art. 59 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, para atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição.

4 – PODER EXECUTIVO

II –

b) Gestão e Diplomacia, até 1080;

c) Jurídica, até 1.000 vagas;

e) Ciência e Tecnologia, até 1.750 vagas;

.....(NR)

III –

.....

e) Auditoria e Fiscalização, até 526 vagas;

f) Administração Pública Federal, até 1.200 cargos comissionados do Grupo Direção e Assessoramento Superiores–DAS;

g) Administração Pública Federal, até 1.200 Funções Comissionadas Técnicas–FCT; e

n) Universidades, Centros Federais de Educação Tecnológica e Escolas Técnicas Federais, até 200 funções gratificadas (NR); e

IV – reestruturação da remuneração dos cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal (PCC) e planos correlatos das autarquias e fundações públicas, das carreiras das áreas Jurídica, Diplomática, Finanças, e de Segurança Pública de Ex-Territórios, dos cargos integrantes do Grupo Informatões, dos cargos em comissão e funções de confiança e dos cargos técnicos-administrativos e docentes das Instituições Federais de Ensino.”(NR)

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

.....

QUADRO VI

Autorizações de que trata o art. 169, § 1º, II da Constituição (Art. 59 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO 2002)

Em cumprimento ao disposto no art. 169, § 1º, II da Constituição e no art. 59 da LDO 2002, ficam autorizadas as admissões ou contratações de pessoal, as concessões de vantagens ou aumentos de remuneração, as alterações de estrutura de carreiras e a criação de cargos, empregos e funções constantes deste Quadro.

Na efetivação destas autorizações deverá ser atendido o disposto no art. 169, § 1º, I, da Constituição e nos arts. 21 e 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, observados, ainda, os arts. 56, 74 e 75 da LDO 2002.

1 – PODER LEGISLATIVO

I – Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

II – Câmaras dos Deputados:

a) provimento, mediante concurso público, de até 359 cargos das carreiras funcionais da Câmara dos Deputados;

b) implantação do plano de carreira dos servidores, conforme Resolução nº 28, de 1998, da Câmara dos Deputados;

c) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdenciados Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999; e

d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados.

III – Senado Federal:

a) criação do quadro de pessoal do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, conforme Resolução nº 9, de 1997, mediante transformação de cargos vagos do quadro de pessoal do Senado Federal;

b) implantação do plano de carreira dos servidores do Senado Federal e do Prodasen, conforme Resoluções nºs 42 e 51, de 1993; nº 9, de 1997; nº 55, de 1998 e Lei nº 9.527, de 1997;

c) equiparação de pensões do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, com as pensões do serviço público federal, de acordo com o Projeto de Resolução nº 1, de 1999;

d) implantação da reestruturação de funções e cargos comissionados; e

e) provimento, mediante concurso público, de até 253 (duzentos e cinquenta e três) cargos do quadro de pessoal do Senado Federal.

IV – Tribunal de Contas da União:

a) provimento, mediante concurso público, de até 60 cargos de Analista de Finanças e Controle Externo; e

b) implantação do plano de carreira dos servidores do Tribunal, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.208, de 1999.

2 – PODER JUDICIÁRIO

I – Preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001.

II – Reestruturação do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, nos termos em que vier a ser aprovado o PL nº 5.314, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

III – Superior Tribunal de Justiça:

a) provimento, mediante concurso público, de até 24 cargos efetivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; e

b) criação de cargos e funções destinados à instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, prevista na Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 29/2000.

IV – Justiça Federal:

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.301 cargos efetivos, nos Tribunais Regionais Federais.

V – Justiça do Trabalho:

a) provimento, mediante concurso público, de até 1.700 cargos efetivos no âmbito da Justiça do Trabalho.

VI – Justiça do Distrito Federal e Territórios:

a) implantação da Gratificação por Execução de Mandados para a carreira de Analista Judiciário – Oficial de Justiça – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, de acordo com o Projeto de Lei nº 2.309, de 2000.

3 – MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – provimento, mediante concurso público, de até 482 membros e 935 servidores e 300 funções comissionadas no âmbito do Ministério Público da União; e

III – reestruturação do Plano de Carreira dos servidores do Ministério Público, nos termos em que vier a ser aprovada o PL nº 5.440, de 2001, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

4 – PODER EXECUTIVO

I – preenchimento de funções e cargos comissionados vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.266, de 2001;

II – previsão de concursos e admissão de pessoal de níveis superior e intermediário para provimento de cargos ou empregos públicos pelo Poder Executivo Federal, nas áreas de:

- a)** Auditoria e Fiscalização, até 1.380 vagas;
- b)** Gestão e Diplomacia, até 1.060 vagas;
- c)** Jurídica, até 580 vagas;
- d)** Segurança Pública, até 2.150 vagas;
- e)** Ciência e Tecnologia, até 1.300 vagas;

f) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 6.530 vagas;

g) Regulação do Mercado, até 2.120 vagas;

h) Segurança Pública do Distrito Federal - DF, até 931 vagas;

i) Educação, até 2000 vagas para professores de terceiro grau.

III – previsão de criação de cargos ou empregos públicos de nível superior e intermediário nas áreas de:

a) Gestão e Diplomacia, até 1.920 vagas;

b) Ciência e Tecnologia, até 3.800 vagas;

c) Meio Ambiente, Educação, Cultura, Previdência e Saúde, até 27.800 vagas;

d) Segurança Pública do Distrito Federal - DF, até 931 vagas.

IV – reestruturação da remuneração de cargos integrantes do Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo Federal, de carreiras das áreas Jurídica, Diplomática, Finanças e de Segurança Pública de Ex-Territórios, de cargos em comissão e funções de confiança e de servidores técnicos administrativos e docentes das Instituições Federais de Ensino.

LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 758

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002 e dá outras providências.

Art. 59. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, atendido o inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Para fins de elaboração do anexo específico referido no caput, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão, e os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal submeterão a relação das modificações de que trata o **caput** deste artigo ao órgão central do referido Sistema, junto com suas respectivas propostas orçamentárias, demonstrando sua compatibilidade com o dis-

posto na Lei Complementar nº 101, de 2000, com o projeto de lei orçamentária.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 01, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para a tramitação do Projeto:

Até 15/5 – Publicação e distribuição de avulsos;

Até 23/5 – Prazo final para apresentação de emendas;

Até 28/5 – Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 07/6 – Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que será lida pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2002

Altera os arts. 14 e 15 da Constituição Federal, para permitir o voto dos presos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos. (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do art. 15 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A suspensão dos direitos políticos, por condenação criminal, transitada em julgado, enquanto perdurarem seus efeitos, constitui uma decorrência dire-

tada condenação criminal e impõe ao presidiário uma pena adicional além da privação da liberdade, conforme estabelece a Constituição Federal em seu art. 15, III. Trata-se de uma penalidade temporária, como afirma a Súmula nº 9/92 do TSE, **verbis**: "A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos".

Entidades de apoio à ressocialização do encarcerado, recuperação de presidiários, familiares e suas vítimas defendem a concessão do direito do voto ao presidiário como fundamental para humanizar o cumprimento da pena e criar a esperança de melhores condições de vida ao deixar o sistema penitenciário. Argumentam ainda que não se pode, como consequência, da condenação criminal, cassar a cidadania do condenado, pois se estaria cassando um direito de se fazer ou vir e de obter representação política de seus interesses.

Entretanto, consideram que o presidiário não pode ser votado, não só porque não possui condições ético-morais para se candidatar e para exercer uma função política na sociedade, como pela impossibilidade de ir e vir, característica principal de sua condição de privação temporária da liberdade.

A perda temporária do direito de ir e vir configura, portanto, o fundamento para o impedimento do voto dos presidiários, pois para o exercício desse direito são necessárias providências de ordem material de difícil exequibilidade nas prisões, principalmente por que elas possuem detentos de diversas zonas eleitorais do País. A implantação do voto eletrônico em todos os municípios brasileiros criou condições materiais para que se altere tal situação e se processem votações nos presídios.

Resolução do TSE sobre as eleições de 2002 confirma essa possibilidade. Com efeito, ao dispor sobre os atos preparatórios, a recepção dos votos e as garantias eleitorais para as eleições de 2002, o Tribunal estabelece, mediante a Resolução nº 20.997, de 26-2-02, em seu art. 49, parágrafo único, que os juizes eleitorais deverão, se possível, instalar seções eleitorais em estabelecimentos penitenciários a fim de que os presos provisórios tenham assegurado o direito de voto."

Assim, para que se processe tal mudança é necessário alterar a Constituição, mediante a revogação do inciso III do art. 15. Medida complementar e necessária, para impedir que os presos se tornem

elegíveis, é o acréscimo, às condições de inelegibilidades arroladas no § 4º do art. 14, da condenação criminal por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2002.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Senadora EMÍLIA FERNANDES

LEGISLAÇÃO CITADA

CAPÍTULO IV Dos Direitos Políticos

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º – O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de sesses e menores de dezoito anos.

§ 2º – Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º – São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

(*) § 5º – São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 4-6-97:

“§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.”

§ 6º – Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º – O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

(*) § 9º – Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício da função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 7-6-94:

“§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”

§ 10 – O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 – A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 246, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50, **caput**, da Constituição Federal, com binado com o art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência, que seja convocada por esta Casa o Ministro de Estado do Meio Ambiente, para apresentar pessoalmente os seguintes esclarecimentos:

1. Prejuízos causados a Agricultura Brasileira pela Medida Provisória 2.166-67 (2.080)

2. Redução drástica da aplicação do Crédito Rural FNO para investimentos;

3. Desvalorização das propriedades rurais em todo o território Brasileiro;

4. Falta de investimentos e fortalecimento no setor rural;

5. Desrespeito a autonomia dos Estados, e em determinados casos o não reconhecimento de seus zoneamentos;

6. Gastar mais de 20 bilhões de dólares nos Zoneamentos Sócio Econômico-Ecológico/ZSEE;

7. Falta de investimento e fortalecimento no setor rural implicando desta forma no maior êxodo rural já visto na história do Brasil;

8. Tomar reservas florestais, áreas hoje agricultáveis, reduzindo desta forma para menos de 1 milhão de sacas de café, menos 300 mil sacas de feijão/ano, menos 1 milhão de sacas de arroz/ano; menos 900 mil litros leite/dia, menos 1,5 milhões de sacas de milho/ano, menos 12.36 milhões de arrobas de carne;

9. Inadimplência pela perda de competitividade do setor rural, com reflexos no comércio.

Sala das Sessões, 10 de maio de 2002. – Senador **Moreira Mendes**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Este requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O ofício lido vai à publicação.

So bre a mesa, ofí cio que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exer cício, Se na do ra Mar lu ce Pin to.

É lido o se guin te:

Ofí cio SF/GSHH nº 65/02

Bra sí lia/DF, 9 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ten do em vis ta o que es ta be le ce o ar ti go 13, § 2º do Re gi men to Inter no do Se na do Fe de ral, com a redação dada pela Resolução nº 37/95, informo a Vossa Excelência que, inobstan te es tar pre sen te na sessão ordinária do dia 8-5-02, tive que me ausentar an tes do iní cio das vo ta ções no mi na is oc or ri das, razão por que solicito seja consi de ra da como falta jus ti fi ca da mi nha ausên cia no de correr das re fe ri das de li be ra ções.

Pela aten ção dis pen sa da ao as sun to, ante ci pa da men te agra de ço.

Aten cios a men te, – **Heloisa Helena.**

OF. Nº 180/02 – BP

Bra sí lia, 9 de maio de 2002

Senhor Presidente:

Tenho a hon ra de co mu ni ca ra V. Exª que o Blo co PL/PSL in di ca o Dep. Welinton Fa gun des (PL/MT), na quali da de de ti tu lar, em sub sti tu i ção ao De pu ta do Cor né lio Ri be i ro (PL/RJ), in di ca do por meio do Ofí cio nº 84/02-BP, de 17 de abril de 2002, para in te grar a Co mis são Mista de Pla nos, Or ç a men to Pú bli co e Fis. ca li za ção.

Sen do o que se apre sen ta para o mo men to, re i te ro ao ilus tre Pre si den te meus pro tes tos de ele va do apre ço e dis tin ta consi de ra ção.

De pu ta do **Val de mar Costa Neto**, Lí der do Blo co PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, expediente que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o se guin te

ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA

São Pa u lo, 6 de maio de 2002

Senhor Presidente,

A As so ci a ção Ju í zes para a De mo cra cia e ou tras qua ren ta e qua tro en ti da des bra si le i ras, além de ju ri stas e pro fes so res de to do o País, vêm res pe i to sa men te à pre sen ça de Vos sa Ex cel ên cia para apre sen

tar, em ane xo, o tex to de sua Car ta Aber ta aos Con gres sis tas, no qual trans mi tem sua pre ocu pa ção para com os ru mos to ma dos quan to aos pro je tos de mo di fi ca ções na legis la ção pe nal e pro ces su al pe nal bra si le i ra.

Soli ci ta mos dos Sen ho res Con gres sis tas o exa me mais cau te lo so e pa u sa do do mé ri to des ses pro je tos, uma vez que os mes mos, ins pi ra dos em cli ma de pâ ni co, po dem re per cutir mu ito gra ve men te nos des ti nos da so ci e da de. Acre di ta mos, em es sên cia, que o mo men to é de con sul ta mais am pla e mais de ti da aos se to res do pen sa men to cri mi no ló gi co e da so ci e da de ci vil, na cer te za de que o Con gres so Na ci o nal não se de i xa rá to mar pelo pâ ni co e pela pre ci pi ta ção em tão im por tan te má te ri a.

Sem mais, re no va mos a Vos sa Ex cel ên cia nos sos pro tes tos de es ti ma e dis tin ta consi de ra ção, acre di tan do que nos sas Au to ri da des cer ta men te sa ber ão tem pe rar com lu ci dez esse mo men to de ata ques ao nos so di re i to e aos prin cí pi os que in spi ram nos sa ci vi li za ção, eis que Vos sa Ex cel ên cia, sem dú vi da, com partilha con os co essas pre ocu pa ções. – **Ary Ca sa gran de**, Pre si den te do Con sel ho Exe cu ti vo da As so ci a ção Ju í zes para a De mo cra cia.

São Paulo, 30 de abril de 2002

Excelentíssimos Senhores Congressistas,

As en ti da des e pes so as aba i xo as si na das vêm res pe i to sa men te à pre sen ça de Vos sas Ex cel ên cias para, em ca rá ter pú bli co e ab er to tam bém à Na ção bra si le i ra, man i fes tar sua gra ve pre ocu pa ção com a pos sí vel apro va ção, pelo Con gres so Na ci o nal, de pro pos tas im e di a tas e ir re fle ti das de mu dan ças im por tan tes na legis la ção pe nal e pro ces su al pe nal vi gen te.

En ten de mos que nos sa legis la ção re pre sen ta, ao la do do pró prio tex to cons ti tu ci o nal, a es pi nha dor sal da de fe sa da ci da da nia em face do even tu al des con trole do po der re pres si vo do Es ta do. Não po de ela, por tan to, ser ani qui la da em suas es tru tu ras e pi la res mais fun da men tais, por ini ci a ti vas sur gi das de afo ga di lho e des con he ce do ras dos alicer ces po lí ti cos, his tó ri cos, fi lo só fi cos e ci en tí fi cos do di re i to vi gen te.

En tendemos, em essên cia, que modifi ca ções le ga is de gran de mag ni tu de não de vem ser en ca mi nha das ap res sa da men te, sem oi ti va dos Es ta dos fe de ra dos, de suas au to ri da des lo ca is, de seus ci da dãos, de suas uni ver si da des, as so ci a ções, in sti tu tos e en ti da des, bem co mo, en fim, de sua so ci e da de ci vil. A apro va ção im e di a ta des sas pro pos tas, em cli ma

histórico e sem con sul ta aos mais im por tan tes fo cos do pen sa men to bra si le i ro, po de pro vo car uma ir re ver sí vel, in con sti tu ci o na le cus to sa mas si fi ca ção do po der re pres si vo do Esta do. Há o ri so de en tre gar esse po der em mãos não isen tas, bem co mo o de ca u sar uma au tên ti ca ci são na so cie da de pela stig ma ti za ção de sua ju ven tu de mais ca ren te, com a mul ti pli ca ção inó cu a, in dis cri mi na da e in sus ten tá vel da já im en sa po pu la ção pri so ni al bra si le i ra.

Invoca mos, por tan to, a sen sa tez, a cau te la e a se re ni da de dos Sen ho res Con gres si tas, pe di do -lhes que fa çam am pliar o le que des sas dis cus sões com a Na ção, evi tan do -se que nos so di re i to pe nal e pro ces su al pe nal, tão ár dua e de mo crá ti ca men te con struí dos por vá ri as ge ra ções, sejam de um in stan te para ou tro ras ga dos ao me io quan do, es tran ha men te, o País de le stan to ne ces si ta.

Sem mais, na cer te za de que o Con gres so Na ci o nal sa be rá tem pe rar com sa be do ria e lu ci dez esse mo men to de a ta ques in con sti tu ci o nais e gros se i ros a nos sas leis, des pe di mo -nos

Re spei to sa men te.

Se gue a lis ta das en ti da des e ju ri tas sub scri to res:

- As so ci a ção Ju í zes pa ra a De mo crá cia
- AASP – As so ci a ção dos Ad vo ga dos de São Pau lo
- ACAT – A ção de Cris tãos pela Ab o li ção da Tor tu ra
- ADC – Agên cia de De fe sa da Ci da da nia
- AIDP – Gru po Bra si le i ro – As so ci a ção In ter na ci o nal de Di re i to Pe nal
- AJUFESP – As so ci a ção dos Ju í zes Fe de ra is de São Pau lo e Ma to Gros so do Sul
- AJURIS – As so ci a ção dos Ju í zes do Rio Gran de do Sul
- APAMAGIS – As so ci a ção Pau li sta de Ma gi strados
- APESP – As so ci a ção dos Pro cu ra do res do Esta do de São Pau lo
- As so ci a ção Co mu ni tá ria Monte Azul
- As so ci a ção Ol ha o Me ni no
- CDHEP – Cen tro de Di re i tos Hu ma nos e Edu ca ção Po pu lar do Cam po Lim po

- CDHS – Cen tro de Di re i tos Hu ma nos do Sa po pen ba
- Cen tro Aca dê mi co XI de A gos to
- Cen tro de De fe sa dos Di re i tos da Crian ça e do Ado les cen te “Mô ni ca Pai ão Tre vi san”
- Cen tro Gas par Gar cia de Di re i tos Hu ma nos
- Cen tro Uti li tá rio de Apo io aos De pen den tes Quí mi cos do Jar dim Ân ge la
- CEPIS – Cen tro de Edu ca ção Po pu lar do In sti tu to Se des Sa pi en ti ae – São Pau lo
- CLADEM BRASIL — Se ção Na ci o nal do Co mi tê La ti no – Ame ri ca no e do Ca ri be pa ra a De fe sa dos Di re i tos da Mu lher
- COLIBRI — Co le ti vo pa ra a Li ber da de e Re in ser ção So ci al
- Co mis são de Di re i tos Hu ma nos da Or dem dos Ad vo ga dos do Bra sil – se ção São Pau lo
- Co mis são de Jus ti ça e Paz de São Pau lo
- Co mi tê Per ma nen te de Com ba te à Tor tu ra
- CONDEPE – Con sel ho de De fe sa da Pes so a Hu ma na
- Con sel ho de Ci da da nia da Ca sa de De ten ção de São Pau lo
- Fó rum das Pas to ra is So ci a is da Di o ce se de São Pau lo
- Fó rum em De fe sa da Vi da Con tra a Vi o lên cia de Cam po Lim po
- Fó rum Na ci o nal de Ou vi do res de Po li cia
- Fun da ção Abring pelos Di re i tos da Crian ça e do Ado les cen te
- Gru po Tor tu ra Nun ca Mais – São Pau lo
- IBCCRIM – In sti tu to Bra si le i ro de Ci ên ci as Cri mi nais
- ICC – In sti tu to Ca ri o ca de Cri mi no lo gia
- IDDD – In sti tu to de De fe sa do Di re i to de De fe sa
- ILANUD — In sti tu to La ti no Ame ri ca no das Na ções U ni das pa ra a Pre ven ção do De li to e Tra ta men to do De lin qü en te
- ITEC – In sti tu to Trans di sci pli nar de Es tu dos Cri mi nais
- ITTC – In sti tu to Terra, Tra ba lho e Ci da da nia
- Mo vi men to Na ci o nal dos Di re i tos Hu ma nos

– NEV – Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo

– OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil – seção São Paulo

– Ouvidoria Geral do Município de São Paulo

– Pastoral Sociais/CNBB

– Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo/CNBB

– Projeto Moradores de Rua

– SINDPROESP – Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, das Fundações e das

– Sociedade Santos Mártires/Jardim Angela

– Transparência Brasil

– UCAD – Unidade Comunitária de Alcool e Drogas do Jardim Ângela

– Universidades Públicas do Estado de São Paulo

Dr. Alberto Silva Franco

Prof. Dr. Carlos Vico Mañas

Prof. Dr. Dalmo de Abreu Dalari

Prof. Dr. Fábio Konder Comparato

Profa. Heloisa Estelita Salomão

Dr. José Paulo Bisol

Prof. Ivan Martins Motta

Prof. Dr. Luiz Flávio Gomes

Dr. Márcio Thomaz Bastos

Prof. Maurício Zanoide de Moraes

Profa. Dra. Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Prof. Dr. Sérgio Marcos de Moraes Piombo

Prof. Dr. Sérgio Salomão Shecaira

Prof. Dr. Taídeu Dix Silva

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O expediente lido será junta do aos Projetos de Lei do Senado nºs 115 a 118, de 2002, de autoria da Comissão Mista de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa expediente que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

Ofício nº 56/02-GAB

Brasília, 3 de abril de 2002

Senhor Presidente,

Transmito a Vossa Excelência minha preocupação pela demora no encaminhamento das informações solicitadas pelo Ministério Público Federal, relativas aos fatos apurados pela CPI do Futebol, nos termos dos documentos anexos.

Encareço a Vossa Excelência sejam determinadas providências para maior celeridade no fornecimento das informações requeridas pelo Ministério Público Federal, tendo em vista que se constituem elementos indispensáveis ao prosseguimento e aprofundamento das investigações.

Na expectativa do pronto atendimento, antecipo a Vossa Excelência o melhor agradecimento.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**.

OF. SF Nº 395/2002

Brasília, 7 de maio de 2002

Senhor Senador,

Ao tempo em que cumprimento V. Ex^a pelo brilhante trabalho à frente da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 497, de 2000 – CPI do Futebol, reporto-me ao Ofício nº 56/02-GAB, de 3 de abril último, desse Gabinete, ao qual estão anexadas cópias dos Ofícios MPF/PRM/SJC nº 1.194, de 6 de dezembro de 2001, e PRM/SJC nº 284, de 21 de março último, da Procuradoria da República em São José dos Campos – SP, solicitando a V. Ex^a do cumprimento dos pela referida Comissão.

Louvo a preocupação de V. Ex^a quanto à demora no atendimento das solicitações daquele Ministério Público. Cumpre-me, todavia, transmitir-lhe os seguintes esclarecimentos prestados pela Secretaria-Geral da Mesa:

1) Os supramencionados ofícios do Ministério Público Federal, dirigidos a V. Ex^a, nunca chegaram à Secretaria-Geral da Mesa;

2) O Relatório Final foi aprovado, na Comissão, no dia 6 de dezembro de 2001 e publicado em Suplemento ao **Diário do Senado Federal** de 20 do mesmo mês. Feita a publicação, a Secretaria-Geral da Mesa, de imediato, expediu ofícios encaminhando-o a órgãos e entidades citados nas Conclusões e Recomendações do Relatório e, desde então, tem recebido dessas instituições pedidos de documentos colhidos pela Comissão, aos quais atendeu conforme discriminado no quadro a seguir:

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
1) Mensagem nº 1, de 31.1.2002	Presidente da República	-	-
2) Ofício SF nº 3, de 31.1.2002	Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Pedro Parente	-	-
3) Ofício SF nº 4, de 29.1.2002	Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Arminio Fraga Neto	-	-
4) Ofício SF nº 5, de 29.1.2002	Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan	-	-
5) Ofício SF nº 6, de 29.1.2002	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Nelson Jobim	-	-
6) Ofício SF nº 7, de 29.1.2002	Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto	Aviso nº 153/2002-GP, de 27.2.2002, do Presidente do TCU, informando providências adotadas.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3231/3245, juntamente com seus anexos.
7) Ofício SF nº 8, de 29.1.2002	Ministro de Estado de Minas e Energia, Senador José Jorge	-	-
8) Ofício SF nº 9, de 29.1.2002	Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Deputado Roberto Brant	-	-
9) Ofício SF nº 10, de 29.1.2002	Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Deputado Carlos Melles	Ofício nº 848/02-GM-MET, de 6.3.2002, do Ministro de Estado do Esporte e Turismo, encaminhando documento da Consultoria Jurídica do Ministério, expondo seu posicionamento quando às recomendações e sugestões do Relatório Final.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3245/3247, juntamente com seus anexos.
10) Ofício SF nº 11, de 29.1.2002	Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro	Ofício/PGR/GAB/ nº 67, de 6.2.2002, do Procurador-Geral da República, informando a remessa do Relatório aos Procuradores-Chefes das Procuradorias da República nos Estados do RJ, SP e MG.	Lido na Sessão de 18.2.2002 e publicado no DSF de 19.2.2002, p. 00041.
		Ofício PR/RJ/LB/Nº 50, de 23.1.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Lisiane Cristina Braecher	- Atendido mediante o Ofício SF nº 162, de 20.3.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 18.2.2002 e publicado no DSF de 19.2.2002, p. 00043.
		Ofício PR/RJ/GAB/PF/Nº 026, de 21.1.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Paulo Fernando Corrêa.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 161, de 20.3.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 18.2.2002 e publicado no DSF de 19.2.2002, p. 00042/34.
		Ofício PR/RJ/GAB/PF nº 67, de 13.3.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Paulo Fernando Corrêa, reiterando ofício anterior.	Atendido mediante o Ofício SGM nº 123, de 26.3.2002, da Secretaria-Geral da Mesa, informando que o pedido já fora atendido.
		Ofício PR/RJ/GAB/AL nº 33, de 8.2.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Aloísio Firmo Guimarães da Silva, informando providências adotadas e solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 100, de 26.2.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3230.
		Ofício PR/RJ/GAB/MF nº 224, de 31.1.2002, do Procurador da República no Estado do RJ, Dr. Marcelo de Figueiredo Freire, informando providências adotadas e solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 136, de 13.3.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3230.
		Ofício PR/RJ/GAB/NC nº 52, de 19.3.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Neida M. C. Cardoso de Oliveira, informando providências adotadas e solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 281, de 17.4.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 19.4.2002 e publicado no DSF de 20.4.2002, p. 5279/5280.

Encaminhamentos do Relatório Final	Destino	Comunicações de providências adotadas e solicitações de documentos	Providências tomadas pela Secretaria-Geral da Mesa
		Ofício nº 779, de 2.4.2002, dos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de MG, Drs. Eduardo Nepomuceno de Sousa e Fernando Galvão da Rocha, solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 329, de 24.4.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 29.4.2002 e publicado no DSF de 30.4.2002, p. 6629/6630.
		Ofício PR/RJ/LB nº 171, de 26.3.2002, da Procuradora da República no Estado do RJ, Drª Lisiane Cristina Braeher, informando providências adotadas e solicitando complementação de documentos.	Atendido mediante o Ofício SF nº 394, de 7.5.2002, da Presidência do Senado.
		Ofício MPF/PRM/SJC nº 1194, de 6.12.2001, reiterado pelo Ofício PRM/SJC nº 284, de 21.3.2002, da Procuradoria da República em São José dos Campos, informando providências adotadas e solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 409, de 7.5.2002, da Presidência do Senado. - A serem publicados no DSF de 9.5.2002.
11) Ofício SF nº 12, de 29.1.2002	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves	Ofício SGM/P nº 22, de 20.2.2002, do Presidente da Câmara, informando a remessa do Relatório Final ao Corregedor daquela Casa.	Lido na Sessão de 20.2.2002 e publicado no DSF de 21.2.2002, p. 000523.
		Ofício COR nº 1, de 21.2.2002, do 2º Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Barbosa Neto, solicitando documentos.	- Atendido mediante os Ofícios SF nºs 85, de 26.2.2002; e 129, de 12.3.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3229/3230.
		Ofício COR nº 018, de 4.4.2002, do 2º Vice-Presidente e Corregedor da Câmara dos Deputados, Deputado Barbosa Neto, solicitando documentos.	- Atendido mediante o Ofício SF nº 280, de 17.4.2002, da Presidência do Senado. - Lido na Sessão de 19.4.2002 e publicado no DSF de 20.4.2002, p. 5279/5280.
12) Ofício SF nº 13, de 29.1.2002	Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel	-	-
13) Ofício SF nº 14, de 29.1.2002	Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Drª Adrienne Giannetti Nelson de Sena	-	-
14) Ofício SF nº 15, de 29.1.2002	Presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Viana	Ofício S/N de 15.2.2002, do Departamento Jurídico da Federação de Futebol do RJ, informando providências tomadas anteriormente à recomendação do Relatório Final.	Lido na Sessão de 1.4.2002 e publicado no DSF de 2.4.2002, p. 3231.
15) Ofício SF nº 16, de 29.1.2002	Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Dr. Ricardo Teixeira	-	-
16) Ofício SF nº 17, de 29.1.2002	Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, Dr. Francisco Fernando Fontana	-	-
17) Ofício SF nº 18, de 29.1.2002	Presidente da Federação Paulista de Futebol, Dr. Eduardo José Farah	-	-
18) Ofício SF nº 19, de 29.1.2002	Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, Dr. Edmundo Santos Silva	-	-
19) Ofício SF nº 20, de 29.1.2002	Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Dr. Agílio Monteiro Filho	-	-
20) Ofício SF nº 21, de 29.1.2002	Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, Dr. Mauro Ney Palmério	-	-
21) Ofício SF nº 22, de 29.1.2002	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. José Muiños Pinheiro Filho	-	-
22) Ofício SF nº 23, de 29.1.2002	Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Dr. José Luiz Osório de Almeida Filho	-	-
23) Ofício SF nº 24, de 29.1.2002	Presidente do Fluminense Football Club, Dr. David Fischel	-	-
24) Ofício SF nº 25, de 29.1.2002	Presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Esportiva Palmeiras, Dr. Oswaldo da Silva Rico	-	-

Quanto aos pedidos da Procuradoria da República em São José dos Campos, contidos nos expedientes anexos ao ofício de V. Exa, informo-lhe que foram atendidos nesta data, mediante o Ofício SF nº 409/2002.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa protestos de estima e consideração. — **Ra me z Te bet**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — A respeito do ofício que acaba de ser lido, a Presidência encaminhou ao seu autor, o Senador Álvaro Dias, em resposta, o Ofício SF nº 95, de 7 do corrente mês.

O expediente lido, bem como a resposta da Presidência, vão à publicação e serão anexados ao processo do Requerimento nº 497, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

São lidos os seguintes:

Ofício PRM/SJC nº 284/02
Rep. 36/2001 — SOTC

SJCampos, 21 de março de 2002

Prezado Senhor:

Em 6 de dezembro de 2001 encaminhamos a esse Gabinete o nosso ofício nº PRM/SJC nº 1194/2001, cópia anexa, solicitando informações relativas ao São José Esporte Clube e seus dirigentes, conforme já esclarecido no mencionado ofício.

Vimos solicitar, portanto, que Vossa Senhoria confirme o recebimento de nossa solicitação, informando a esta Procuradoria da República sobre a expectativa de atendimento ao requerido, tendo em vista que os dados em questão possibilitarão o prosseguimento e aprofundamento da investigação dos fatos que vêm sendo apurados através do nosso procedimento nº 1.34.014.000302/2001-84.

Atenciosamente, — **José Guilherme Ferraz da Costa**, Procurador da República.

Ofício MPF/PRM/SJC Nº 1194/2001

SJCampos, 6 de dezembro de 2001

Senhor Senador:

Tem curso, nesta Procuradoria da República em São José dos Campos/SP, procedimento apuratório que visare colher elementos relativos a possíveis fraudes que teriam sido cometidas pela diretoria do São José Esporte Clube, em detrimento de seus credores. Estão sendo investigadas, por exemplo, medidas re-

centemente adotadas, que buscam desvincular o seu departamento de futebol profissional, a melhor fonte de receitas da agremiação, de sua parte social, que fica com os passivos tributários e trabalhistas da entidade, mas sem condições de cumprir com tais obrigações.

Tal procedimento recebeu o protocolo nº 1.34.014.000302/2001-84, tendo sido autuado sob nº 36/2001-SOTC.

Pois bem, considerando-se que as notícias até o momento divulgadas dão conta da identificação, no âmbito das investigações de envolvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por Vossa Excelência, de documentos que revelam a prática de outros fatos que redundaram em prejuízo aos credores daquele clube, especialmente o Instituto Nacional do Seguro Social — INSS, solicito a remessa de cópia do relatório aprova do na data de hoje, bem como dos documentos relativos ao São José Esporte Clube e seus dirigentes, inclusive aqueles que apontem para a possível prática de crimes contra ordem tributária, a fim de possibilitar o prosseguimento e o aprofundamento da presente apuração.

Sen do só para o momento, apresento protestos de distinta consideração.

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho, Procurador da República.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Os expedientes lidos vão à publicação e serão anexados ao processo do Requerimento nº 497, de 2000.

A documentação solicitada foi encaminhada à autoridade requerente em 8 do corrente mês, mediante o Ofício SF nº 409, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Sobre a mesa, expediente que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

OF PR/RJ/LB/ 171/02
Ref.: Proc. Adm. nº 1.30.011.003089/2001-31

Rio de Janeiro, 26 de março de 2002

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

Cumprimentando-o, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para comunicar que os documentos recebidos nesta Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, enviados através do ofício SF/162/2002, referem-se às operações financeiras da Confederação Brasileira de Futebol, não tendo relação com a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, e com os pagamentos feitos ao Sr. Juan Fig-

ger Svirski e ao Sr. Aremitas José de Lima, conforme solicitado no ofício PR/RJ/LB/050/02, desta Procuradora.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar, novamente, a fim de instruir o procedimento em epígrafe, instaurada na Procuradoria da República no Rio de Janeiro a partir do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado “destinada a investigar fatos envolvendo as associações brasileiras de futebol”, enviado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, documentos relativos à Federação De Futebol do Estado do Rio de Janeiro (fl. 595 do relatório) e aos pagamentos que foram feitos a Julian Figuer Svirski e Aremitas José de Lima (fls. 600/60). Ademais, informo que remeti os documentos recebidos ao Procurador da República Dr. Marcelo de Figueiredo Freire, a quem cabe a apuração relativa à Confederação Brasileira de Futebol, com as cautelas necessárias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente, — **Lisiane Cristina Braecher**, Procuradora da República.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 497, de 2000.

A documentação solicitada foi encaminhada à autarquia de referência em 7 do corrente mês, mediante o Ofício SF nº 394, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Sobre a mesa, expediente que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lido o seguinte:

Ofício nº 775/2002 — SERP
Ref. Proc. nº 18770-4/00
(Favor fazer referência a estes números)

Salvador, 12 de abril de 2002

Autorizo 7 maio de 2002

Senhor Presidente,

Valho-me do presente para encaminhar, em anexo, cópia de expediente referente ao processo em epígrafe e instar de Vossa Excelência que remeta a esta Corregedoria Geral da Justiça, documentação que possa identificar o autor da denúncia registrada, ausente nos autos.

Colho o ensejo para apresentar protestos de subido apreço.

Des. **Luiz Fernando de Souza Ramos** — Corregedor Geral da Justiça.

OF. Nº CGJ-369/00-GC

Salvador, 30 de novembro de 2000

Autuem-se e registrem-se separadamente os expedientes anexos, com a cópia deste ofício.

Em seguida, retornem todos à minha conclusão.

Salvador, 5 de dezembro de 2000.

Senhor Juiz-Corregedor,

Encaminho à V. Exª fo to cópi as das ementas de documentos protocolizados sob nº 016301-99, 015073-99, 014315-99 e 015012-99, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, instituída mediante Requerimento nº 118/99 (CPI do Ju d i c i á r i o), para que sejam adotadas as providências cabíveis.

Valho-me da oportunidade para re no var-lhe elevados protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente, Des. **Justino Telles**, Corregedor Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

A documentação solicitada foi remetida à autarquia de referência nesta data, mediante o Ofício SF nº 426, de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por cessão do Senador Francisco Pereira e por permuta com o Senador Carlos Wilson.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Blo co/PT — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou, brevemente, falar, na manhã de hoje, sobre a agricultura, os vetos do Presidente da República à Medida Provisória nº 9 e a decisão da Câmara Federal, de ante ontem, em relação às modificações que o Senado fez da Medida Provisória nº 24.

Claro que também não poderia deixar de comentar — qual quer um de nós o faria, independentemente de convicções ideológicas ou partidárias — aquela matéria da **Folha de S. Paulo**, de gigantesco impacto social, que mais uma vez vin cula o Senador José Serra a denúncias de crimes contra a Administração Pública. Não é a primeira denúncia.

Esperamos que não sejam in d i c i o s re le van tes de crimes, mas somente denúncias vazias. E, para identificarmos se realmente se trata apenas de denúncias ou de crimes contra a Administração Pública — tráfico de influência, intermediação de interesses privados, exploração de prestígio —, é de fundamental importância que

possamos abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou estabelecer um procedimento investigatório na Comissão de Fiscalização e Controle, para respondermos à sociedade.

Não é possível que o Senado tenha que assis-tir estarrecido aos indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública, que ocupam o espaço dos meios de comunicação. E não temos o Senador José Serra na tribuna, para esclarecer a Casa e a sociedade, muito menos algum procedimento estabelecido no Congresso Nacional: CPI ou investigação das denúncias gravíssimas.

Espero que o Senado possa, de fato, na próxima quarta-feira, fazer a audiência pública, com a qual se inicia, pelo convite a algumas personalidades, o procedimento investigatório que esta Casa tem obrigação de fazer, sob pena de igualmente prevaricar. Como tem sido exposto nos meios de comunicação, Ministros, ex-Ministros, dirigentes de instituições públicas e o Presidente da República teriam conhecimento e, neste caso, efetivamente, todos teriam prevaricado, o que significa uma vergonha nacional.

Muitas vezes, atacamos a legislação deste País, considerando que deveria ser modificada. No entanto, um pouco já foi conquistado na legislação deste País. Está, por exemplo, no Código Penal, como crime contra a Administração Pública, a intermediação de interesses privados, a exploração de prestígio, o tráfico de influência, a prevaricação, e tudo isso dá cadeia. Infelizmente, a confiança na impunidade de muitas personalidades políticas deste País é que leva ao desencanto do povo brasileiro em relação, inclusive, ao processo eleitoral, como o que vamos vivenciar.

Quero falar, Sr. Presidente, não sei se, necessariamente, sobre a minha indignação ou protesto em relação a alguns acontecimentos desta semana. É evidente que qual quer um de nós sabe que a agricultura é uma atividade de alto risco. Sendo essa a sua natureza, requer, necessariamente, subsídios, incentivos, mecanismos os mais diversos de financiamento em qualquer lugar do mundo. Todos os países desenvolvidos aplicam políticas protecionistas e subsidiam largamente a sua agricultura. Todos!

Nesta semana, Senador José Alencar – com versávamos há pouco sobre isso –, o Congresso dos Estados Unidos, que é a Meca do capitalismo mundial, que diz que o mercado vale tudo, que o mercado por si só resolve a competitividade, a eficácia, aprovou US\$190 bilhões em subsídios agrícolas aos seus produtores locais. Não um aumento pequeno, mas de 80% em relação à atual política de subsídios. Na mesma semana que isso acontece, o Congresso Nacional, de forma ir-

responsável, cúmplice do Governo Federal, acata os argumentos cretinos deste Governo para vetar emendas importantes que foram aprovadas em relação aos produtores rurais endividados dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo, a Câmara, anteontem, depois de uma decisão histórica do Senado, incluindo coisa pouca, insignificante, porque o Governo Federal está beleceu aos produtores rurais, deve dor a partir de 1995, por meio de sucessivas medidas provisórias, condições tanto de correção das distorções do saldo devedor, repactuação das dívidas, que poderia ser feita, inclusive, na condição de inadimplência. Para os devedores dos fundos constitucionais, incluindo ou não o **mix** do Fat, das regiões mais pobres do País, não acontece nada. A única coisa que nós queríamos era que as mesmas condições de correção das distorções do saldo devedor de repactuação da dívida, que foi dada aos devedores do Sul e Sudeste, fossem igualmente estabelecidas para os devedores dos fundos constitucionais. Portanto, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que são claramente as regiões mais pobres do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar essa irresponsabilidade do Congresso Nacional. Sei que o Governo Federal é irresponsável. Sei que o Governo Federal faz a inserção do Brasil na globalização de modo subserviente aos interesses das grandes nações. O maior País da América Latina não tem condições sequer de escolher os seus parceiros comerciais internacionais. Isso é a maior vergonha para um País com o Brasil: com gigantesco potencial de áreas agrícolas, com recursos hídricos, com uma infraestrutura exemplar. Mesmo assim, não faz absolutamente nada. Neste momento, isso é a maior desmoralização para o Congresso Nacional. Neste momento, em que o Congresso americano aprova US\$190 bilhões de subsídios, 80% a mais que os subsídios que já são realizados hoje, o Congresso Nacional brasileiro aceita os argumentos abomináveis do Governo Federal e não tem a coragem sequer de estender as mesmas condições que foram dadas aos produtores do Sul e Sudeste àqueles devedores das regiões mais pobres do País, financiados pelos fundos constitucionais e com **mix** do Fat.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pois não, concedo um aparte a V. Ex^a, com muito prazer, Senador José Alencar.

O Sr. José Alencar (PL – MG) – Emi nente Se na dora Heloísa Helena, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Hoje estamos submetendo, mais do que nunca, a economia brasileira a uma competição desigual nesse mercado globalizado em que estamos vivendo. V. Ex^a aborda a questão ligada ao subsídio de US\$190 bilhões recém aprovado pelo Congresso americano, para subvencionar a sua produção agrícola. Posso trazer como testemunho que, no ano passado, os Estados Unidos deram, somente para um segmento da agricultura daquele país, a cotonicultura, à produção de algodão, US\$2.800 bilhões. Devem ter produzido perto de 4 milhões de toneladas de algodão, o que corresponde a algo como US\$0,70 por quilo de algodão de subvenção. Isso é uma prova absolutamente insofismável da capacidade competitiva da agricultura brasileira. A agricultura brasileira é das mais competitivas do planeta, é claro que em igualdade de condições, por que nós aqui, ainda que não tenhamos aprovado nenhuma medida, a não ser excepcionalmente um dos Estados da Federação, que é o Mato Grosso, que realmente concedeu um incentivo, uma parcela do ICM do Estado, exceto aquela distribuída aos Municípios. Naquela parcela do Estado que corresponde a 75% dos 12% que pesa sobre o algodão exportado para outros Estados da Federação, isso é igual a nove pontos percentuais do algodão produzido. Isso não tem nada a ver com aqueles quase 80% de subsídio dado à cotonicultura dos Estados Unidos da América. É claro que não temos condições de fazer o mesmo, mas precisamos fazer o mínimo. E quando se fala de agricultura se fala da no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte, fala-se também de regiões desfavorecidas do Brasil, não apenas por problemas de clima, de precipitação pluviométrica em determinadas regiões, como, por exemplo, no sertão nordestino, mas principalmente – e isto é bom que registremos com clareza – porque esse Governo abandonou a infraestrutura ligada ao transporte, por exemplo. Essas regiões, para exportar a sua produção para os grandes centros consumidores, pagam uma fábula, em face do precário estado em que se encontram as estradas federais no Brasil. Daí a razão pela qual, eminente Senadora Heloísa Helena, quero congratular-me com V. Ex^a, que aborda o aspecto da mais alta relevância, ou seja, o apelo com que nós todos, governo, precisamos tratar a agricultura brasileira. A agricultura brasileira tem condições de ser o celeiro do mundo. Para ingressarmos no mercado americano, por exemplo, com uma tonelada de suco de laranja, somos taxados em US\$454, o que equivale, em determinadas ocasiões, a mais de 100%

de tarifa de proteção aduaneira. O mesmo acontece com o nosso açúcar de mesa, o açúcar cristal, exportado para aquele país. O mesmo acontece com outros produtos, como a soja, que enfrenta subsídios, não só nos Estados Unidos da América, como também, e especialmente, na Europa. É preciso que estejamos atentos por que a abertura da economia pressupõe igualdade de tratamento para todos os que estão competindo; e igualdade de tratamento não significa paternalismo. Precisamos estar atentos para que todos os países respeitem organismos como a Organização Mundial do Comércio. Só que o poder dos Estados Unidos da América já nos ensina que esses organismos internacionais, que deveriam agir imparcialmente em relação a todos os países envolvidos, ao contrário, obedecem, também, aos interesses dos países mais ricos. Dessa forma, estamos vivendo uma fase em que precisamos tanto, não apenas dos que falam inglês, mas também daqueles que sabem defender os interesses do nosso mercado, da economia brasileira, não como fim, porque a economia não é um fim que se esgota em si mesmo, mas como um meio para que possamos alcançar os objetivos sociais. Agradeço a V. Ex^a o aparte que me concedeu e reitero minhas congratulações pela oportunidade do pronunciamento.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Senador José Alencar, agradeço o aparte de V. Ex^a, com o qual concordo inteiramente. V. Ex^a traz alguns elementos ao debate.

Lembro que em uma de suas viagens, Lula abordou os subsídios agrícolas na União Europeia. De repente, em alguns segundos do nosso País constituiu-se uma farsa como se, ao discutir a política agrícola, Lula estivesse defendendo os interesses da União Europeia. Na verdade, Lula estava defendendo o estabelecimento de barreiras protecionistas, desde que, no caso específico do Brasil, visasse a defender os nossos parques produtivos e os nossos postos de trabalho.

É óbvio que qualquer globalização precisa, necessariamente, da mobilidade de mercadorias, capitais e força de trabalho. No entanto, hoje no Brasil, há a imposição da globalização para os países subdesenvolvidos e a farsa da globalização para os grandes países, que nem de longe têm a mobilidade de força de trabalho e, muito menos, mobilidade de mercadorias.

V. Ex^a citou um exemplo muito importante. A maior tarifa de importação que o Brasil estabelece, para eletroeletrônicos, químicos e automóveis, é de 35%, enquanto os Estados Unidos têm a ouvidade de estabelecer picos tarifários de mais de 400%. E, Sr. Pre si

dente, o Governo brasileiro e o Congresso Nacional – não sei se estarecidos ou indignados – assistem a isso covardemente.

Daí o protesto, e espero que mais cedo ou mais tarde – é claro que acredito muito na vitória do companheiro Lula – nós possamos fazer deste País maravilhoso uma Nação como o povo brasileiro merece.

Sr. Presidente, estamos falando de covardia e coragem e acabamos, também, falando da política nacional. Assim, para que possamos refletir no final de semana, vou ler, nesta sexta-feira, um artigo belíssimo de Rubem Alves, publicado na **Folha de S. Paulo** em 19 de maio de 2000 e que me foi encaminhado por um companheiro de Alagoas, Pedro. É a respeito de política e jardinagem. Dizia Rubem Alves:

De todas as vocações, a política é a mais nobre. Vocaçã do latim **vocare**, quer dizer chamado. Vocaçã é um chamado interior de amor: chamado de amor por um “fazer”. No lugar desse “fazer” o vocacionado quer “fazer amor” com o mundo. Psicologia de amante: faria, mesmo que não ganhasse nada.

“Política” vem de **polis**, cidade. A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar à busca da felicidade. O político se ria aquele que cuida desse espaço. A vocaçã política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade.

Talvez por terem sido nômades no deserto, os hebreus não sonhavam com cidades: sonhavam com jardins. Quem mora no deserto sonha com oásis. Deus não criou uma cidade. Ele criou um jardim. Se perguntássemos a um profeta hebreu “o que é política?”, ele nos responderia, “a arte da jardinagem aplicada às coisas públicas”.

O político por vocaçã é um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor é tão grande que ele abre mão do pe que no jardim que ele poderia plantar para si mesmo. De que vale um pequeno jardim se à sua volta está o deserto? É preciso que o deserto inteiro se transforme em jardim.

Amo a minha vocaçã, que é escrever. Literatura é uma vocaçã bela e fraca. O escritor tem amor mas não tem poder. Mas o político tem. Um político por vocaçã é um poeta forte: ele tem o poder de transformar

poemas sobre jardins em jardins de verdade. A vocaçã política é transformar sonhos em realidade. É uma vocaçã tão feliz que Platão sugeriu que os políticos não precisassem possuir nada: bastar-lhes-ia o grande jardim para todos. Seria indigno que o jardineiro tivesse um espaço privilegiado, melhor e diferente do espaço ocupado por todos. Conheci e conheço muitos políticos por vocaçã. Sua vida foi e continua a ser um motivo de esperança.

Vocaçã é diferente de profissão. Na vocaçã a pessoa encontra a felicidade na própria ação. Na profissão o prazer se encontra não na ação. O prazer está no ganho que dela se deriva. O homem movido pela vocaçã é um amante. Faz amor com a amada pela alegria de fazer amor. O profissional não ama a mulher. Ele ama o dinheiro que recebe dela. É um gíglô.

Todas as vocações podem ser transformadas em profissões. O jardineiro por vocaçã ama o jardim de todos. O jardineiro por profissão usa o jardim de todos para construir seu jardim privado, ainda que, para que isso aconteça, ao seu redor aumente o deserto e o sofrimento.

Assim é a política. São muitos os políticos profissionais. Posso, então, enunciar minha segunda tese: de todas as profissões, a profissão política é a mais vil. O que explica o desencanto total do povo, em relação à política. Guimarães Rosa, perguntado por Günter Lorenz se ele se considerava político, respondeu: “Eu jamais poderia ser político com toda essa charlatanice da realidade... Ao contrário dos ‘legítimos’ políticos, acredito no homem e lhe desejo um futuro. O político pensa apenas em minutos. Sou escritor e penso em eternidades.

Eu penso na ressurreição do homem.” Quem pensa em minutos não tem paciência para plantar árvores. Uma árvore leva muitos anos para crescer. É mais lucrativo cortá-las.

Nosso futuro depende da luta entre políticos por vocaçã e políticos por profissão. O triste é que muitos sentem o chamado da política e não têm coragem de atendê-lo, por medo da vergonha de serem confundidos com gíglôs e de terem de conviver com gíglôs.

Escrevo para vocês, jovens, para se duzi-los à vocação política. Talvez haja jardineiros adormecidos dentro de vocês. A escuta da vocação é difícil, porque ela é perturbada pela gritaria das escolhas esperadas, normais, medicina, engenharia, computação, direito, ciência. Todas elas, legítimas, se forem vocação. Mas todas elas afunilantes: vão colocá-los num pequeno canto do jardim, muito distante do lugar onde o destino do jardim é decidido. Não seria muito mais fascinante participardos destinos do jardim?

Acabamos de celebrar os 500 anos do descobrimento do Brasil. Os descobridores, ao chegar, não encontraram um jardim. Encontraram uma selva. Selva não é jardim. Selvas são cruéis e insensíveis, indiferentes ao sofrimento e à morte. Uma selva é uma parte da natureza ainda não tocada pela mão do homem. Aquela selva poderia ter sido transformada num jardim. Não foi. Os que sobre ela agiram não eram jardineiros. Eram lenhadores e madeireiros. E foi assim que a selva, que poderia ter se tornado do jardim para a felicidade de todos, foi sendo transformada em desertos salpicados de luxuriantes jardins privados, onde uns poucos encontram vida e prazer.

Há descobrimentos de origens. Mais belos são os descobrimentos de destinos. Talvez, então, se os políticos por vocação se apossarem do jardim, poderemos começar a traçar um novo destino. Então, ao invés de desertos e jardins privados teremos um grande jardim para todos, obra de homens que tiveram o amor e a paciência de plantar árvores à cuja sombra nunca se sentariam.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, vou ter mi nar, pois sei que extrapolei o meu tempo. De se jo que o com pa nhe i ro Lula, que es pe ro um dia ocu pe a Pre si dên cia da Re pú bli ca, e muito especialmente o Congresso Nacional saibam a força que têm.

Na briga de Davi contra Golias, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Saul desconfiou de Davi. Ele achava que Davi não teria condições de enfrentar Golias, porque o comparou ao gigante; ele comparou o pastor àquele homem de tantos exércitos e de tantos combates e, por isso, ele não conseguia entender. Davi conseguiu enfrentar Golias porque não se comparou a Golias; comparou-se a si mesmo, ganhou nos

pensamentos e depois ganhou nas ações. Conhecendo a si mesmo, Davi sabia que, como pastor, para defender suas ovelhas, se ria ca paz de en fren tar um gigante, da mesma forma que já havia en fren ta do leões e feras as mais diversas.

Espero que um dia o Congresso Nacional deixe de ser um medíocre anexo arquitetônico do Palácio do Planalto e possa ser aquela instância de decisão política, de poder, o que, de fato, o povo brasileiro merece, precisa e quer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PTB–PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu discurso, gostaria de parabenizar a Senadora Heloísa Helena pelo seu belo pronunciamento. S. Ex^a está sempre mostrando o talento e a sensibilidade de uma parlamentar atuante, de uma parlamentar que orgulha muito a nossa Casa e, com certeza, o povo de Alagoas e o povo brasileiro. Eu estava na Mesa, ao lado do Senador Moza ril do Ca val can ti, e fi quei re al men te sen si bi li za do co mo di scu rso da Se na do ra He lo í sa He le na. Meus Parabéns!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem ter o talento, a doçura e também a dureza da Senadora Heloísa Helena, vou falar hoje sobre a realidade da nossa Região, o Nordeste. Faço-o diante do novo perfil da realidade brasileira divulgado pelo IBGE. Alguns dados – não posso negar – merecem até comentários. O levantamento aponta avanços nas áreas de Educação e Saúde, por exemplo. Entretanto, preciso chamar a atenção para uma realidade de que, infelizmente, não se altera, permanece imutável e revela o grande fosso que se para o Nordeste do resto do País.

De acordo com os números revelados pelo IBGE, infelizmente, 46,2% da população nordestina ainda ganha até um salário mínimo. No Brasil, esse índice é de 24,4%, também segundo estatística do IBGE – sempre o Nordeste está perdendo. Esse percentual, entretanto, sobe para 73% quando o limite chega a dois salários mínimos, ou seja, R\$400, se levarmos em conta o recente aumento miserável do salário mínimo.

Tão grave quanto isso, o IBGE revela ainda que apenas 1,4% dos nordestinos ganham mais de vinte salários mínimos, o que não é uma grande fortuna. Ou seja, mais de setenta nordestinos em cem só vivem com R\$400, e apenas 1,4 em cada 100 ganham mais de R\$4 mil.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, preciso admitir que, alimentado pelo otimismo, cometi o pecado de acreditar, oito anos atrás, que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso não só iria reverter a concentração de renda, como também alterar esses dados geoeconômicos tão dramáticos. Faço esta confidência de forma constrangida: acreditei no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e penso que o mesmo se passou com os Senadores Pedro Simon e José Alencar.

Promessas não faltaram, principalmente nas duas últimas campanhas eleitorais. Não me surpreende, agora, que o IBGE tenha retratado o Nordeste como a região mais pobre do Brasil, pois, em proporção inversa às promessas, faltaram as atitudes, as ações que a Região reclama há muitos e muitos anos, desde a Proclamação da República pelo menos.

Mas, se não atendeu aos apelos nem mesmo de sua base parlamentar nordestina, o Governo ainda remou no sentido contrário: discriminou o Nordeste em ações efetivas e, não satisfeito, desferiu o mais violento golpe, fatal, mortal, contra a economia nordestina ao extinguir, pela via violenta da medida provisória, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene.

Quantas e quantas vezes não ocupei esta tribuna, sendo aparteado por vários Senadores da base de sustentação do Governo e da Oposição, para protestar! Fiz diversos apelos – apelos sem radicalismo, apelos que revelavam a sensibilidade de um nordestino – não só ao Presidente Fernando Henrique e ao Governo federal, como também aos Governadores da nossa Região, para que não cedesse aos argumentos preconceituosos e discriminatórios de que a Sudene estava mergulhada em um poço de corrupção. Fui acompanhada por importantes Parlamentares...

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Senador Francisco Escórcio, permita-me apenas concluir o meu raciocínio. Gostaria de citar alguns Parlamentares que se solidarizaram comigo, quando, aqui, eu me posicionava contra a morte à extinção da Sudene. Fui acompanhado por importantes Parlamentares, alguns ex-Governadores, como o Vice-Presidente desta Casa, o Senador Edison Lobão; o Senador Romero Jucá, que é pernambucano, mas aqui nesta Casa representa Roraima; o ex-Governador Geraldo Mello; o Senador Gilberto Mesquita, entre outros, que não só me apoiaram, como me emprestaram argumentos convincentes de que não poderia ser por conta de ninguém

as de corrupção que se produzia, como se produziu, mais esse atentado contra a gente do Nordeste.

Ora, se ocorreram irregularidades, temos que punir os responsáveis, e a punição deve ser exemplar. O remédio suficiente seria a apuração e até a prisão dos responsáveis se existisse corrupção na Sudene.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Francisco Escórcio.

O Sr. Francisco Escórcio (PMDB – MA) – Senador Carlos Wilson, meu colega, meu irmão, meu amigo, lembre-me de V. Ex^a quando éramos colegas do Ministério da Integração Regional, quando esse tema que dá nome ao Ministério era de batido. Debatíamos sempre esse assunto naquele Ministério. Nós, que conhecemos a matéria profundamente, Senador Carlos Wilson, sabíamos e sabemos da importância dos órgãos como a Sudene para o desenvolvimento daquela Região, para a integração regional. Precisamos acabar com as desigualdades regionais e até intra-regionais. Precisamos de um órgão igual à Sudene, à Sudam, à Suframa, para podermos desenvolver aqueles locais. É como se houvesse um doente e, para tirarmos o mal desse doente, tivéssemos que matá-lo. Está tudo errado. Vimos o Ministro José Serra querendo acabar com os incentivos para o Norte e Nordeste brasileiros. Vimos o Presidente Fernando Henrique também sem prever inclinação para acabar com o Ministério da Integração Regional, com esses órgãos. E nós, toda a bancada, e os nordestinos estávamos lutando contra isso. Quero dizer em alto e bom som: sou nordestino, sim senhor! Sou maranhense com muito orgulho. Por isso, temos que lutar pelo nosso povo, pela nossa gente, pela nossa Região. Não quero, de maneira alguma, que a nossa Região seja discriminada. Não aceito ser rejeitado dentro deste meu querido Brasil. O Brasil é uno, e é preciso fazer uma política de norte a sul neste País. Não poderíamos deixar passar esta oportunidade para gritar aos cantos do Brasil que precisamos ser olhados com mais carinho, com amor. Felicito V. Ex^a pelo espírito nordestino e brasileiro. Muito obrigado pelo aparte que V. Ex^a me concedeu.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Agradeço o aparte do Senador Francisco Escórcio, que fez referência a um momento muito importante na nossa vida pública, quando trabalhamos juntos no Ministério da Integração Regional, sob o comando do saudoso ex-Senador Alexandre Costa, um dos principais defensores da Sudene.

Alexandre Costa, com sua simplicidade e com a valentia de nordestino, colocava-se, em todos os momentos, como um grande defensor da Sudene. Fico a

imaginar como ele estaria indo, se ainda estivesse no Senado, com o que se cometeu em relação ao Nordeste com a extinção da Sudene, que sempre foi um referencial de orgulho, geradora de empregos de indústrias, tendo criado mais de cinco milhões de empregos em toda sua existência.

Nós, que nos inspiramos muito no desenvolvimentista Juscelino Kubitschek, o fundador da Sudene, ficamos a olhar para o coveiro da Sudene: o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao assumir a Presidência da República, Fernando Henrique inspirava-se na figura de Juscelino, o grande Presidente do desenvolvimentismo deste País, mas, com certeza, Sua Excelência ficará marcado como o grande coveiro da Sudene, da Região Nordeste.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Carlos Wilson, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de ouvir o importante e significativo aparte da Senadora Heloísa Helena.

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Carlos Wilson, com alegria, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a. Não é a primeira vez em que V. Ex^a exige do Governo Federal e do Congresso alternativas para o desenvolvimento econômico-social do Brasil e, de forma especial, do Nordeste, assim como não é a primeira vez em que V. Ex^a ocupa a tribuna, de forma vigorosa, para solicitar empenho do Governo Federal na superação da falsa dicotomia entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Sabemos da situação em que se encontram as regiões mais pobres do País e, especialmente, a Região Nordeste. Não poderia deixar de compartilhar a indignação de V. Ex^a em relação à extinção das estruturas de desenvolvimento regional. Já tivemos a oportunidade de discutir esse assunto em concordância. É evidente que muitas dessas instituições, ao longo da nossa história, foram sendo parasitadas pelas oligarquias regionais, devidamente estimuladas pela elite paulista, que, em muitos momentos, recebeu recursos e subsídios dessas instâncias que eram meramente regionais. Considero grave que muitos dos que foram peças fundamentais nesse processo tenham sido os primeiros a alardear para todo o Brasil a necessidade de extinção das estruturas de desenvolvimento regional. Assim, eu não poderia deixar de fazer este aparte, saudando o pronunciamento de V. Ex^a, já que, repito, não é a primeira vez em que V. Ex^a ocupa a tribuna defendendo o Estado de Pernambuco, o Nordeste e o Brasil. O assunto que V. Ex^a traz é de fundamental importância, porque precisamos saber o que está sendo articulado. Já que, no Brasil, vi-

rou moda a criação de agências, qual é a outra instância de poder e de decisão política que, efetivamente, terá a condição necessária para ser o instrumento fundamental de superação das desigualdades regionais, a fim de viabilizar o desenvolvimento econômico principalmente da nossa Região? Portanto, parabéns a V. Ex^a!

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Agradeço à Senadora Heloísa Helena, que, como eu disse antes, sempre com brilho e com muita contundência, aborda questões importantes nesta Casa. E S. Ex^a tem toda a razão. O Governo sempre preferiu a parte mais fraca, e o Nordeste, sendo a parte mais fraca, é sempre o mais penalizado.

O Governo preferiu punir apenas o Nordeste. Sob essa alegação, Senador José Alencar, extinguiu-se um órgão que gerou – e já disse isto antes quando do aparte do Senador Francisco Escórcio – mais de cinco milhões de empregos em uma hora em que o País enfrenta o momento mais difícil no que se refere à geração de emprego. A Sudene também aumentou em mais de 200% a arrecadação de impostos industriais e aprovou mais de três mil projetos. Nem todos foram bem-sucedidos – é verdade –, mas apenas 12% dos projetos fracassaram, por razões diversas, em um número rigorosamente compatível com os índices nacionais de financiamento similar.

Analisados apenas 32 anos de atuação da Sudene, até 1992, foram consumidos US\$8 bilhões, que, repartidos pelos dez Estados nordestinos, deram a cada um menos de US\$30 milhões por Estado e por ano. Gostaria de lembrar que apenas a Usiminas, um único empreendimento, consumiu em quatro anos US\$6 bilhões. E a binacional de Itaipu, também em quatro anos, recebeu recursos da ordem de US\$18 bilhões.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se essas comparações não são suficientes, que rolembrar que apenas o saneamento do Banespae o giro da dívida da Prefeitura de São Paulo consumiram o dobro dos recursos que a União destinou ao Nordeste, em 50 anos de Sudene.

É claro que o Governo Federal apresentou uma série de ações, a maioria delas absolutamente virtuais, para substituir a Sudene. No próximo dia 24 de agosto, por exemplo, comemoram-se dois anos da edição da Medida Provisória nº 2.058. Por esse instrumento, permitiu-se a conversão das debêntures do Finor e se estabeleceram novas regras para a concessão de incentivos complementares, ou seja: redução de 75% do Imposto de Renda para novos empreendimentos, redução de 37,5% do Imposto de Renda para

empreendimentos existentes e reinvestimento de 30% do Imposto de Renda para empresas nordestinas. Mas – veja a sua situação – esses incentivos ficaram condicionados à definição, por decreto presidencial, de setores prioritários da economia que poderiam recebê-los. Até hoje esse decreto não foi editado. Nenhum incentivo, portanto, foi concedido.

Afatídica Medida Provisória nº 2.145, que extinguiu a Sudene, criou outra entidade para substituí-la, a Ade ne. Criou também um novo fundo – o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – a ser gerado pela nova agência. Mas faz um ano da edição da medida, e, até agora, nada foi materializado. Nada foi regulamentado. Nem mesmo o Conselho Deliberativo que deveria funcionar no Ministério da Integração Nacional foi instalado.

No próximo dia 14 de maio, expira o prazo de 90 dias concedido pelo Decreto nº 4.126 para a publicação do Regimento Interno da Ade ne, que deverá ser aprovado pela diretoria da entidade, que, por sua vez, deverá ter o nome de seus integrantes aprovado pelo Senado Federal. É claro que a diretoria se quer foi indicada, e o Regimento ainda se quer foi esboçado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como podemos definir essa postura do Governo Federal em relação a assunto tão vital para a expressiva parcela de brasileiros que vive no Nordeste? Desleixo? Má vontade?

Para mim, é óbvio que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso voltou suas costas para o Nordeste. E de nada adianta – estamos em campanha eleitoral – o meu colega Senador José Serra, ávido por popularidade, percorrer o Nordeste com promessas de fazer renascer a Sudene.

Não ouvi uma só palavra dele de protesto e de indignação com o fechamento da Sudene. E não há por que acreditar nisso, por que José Serra é o mais legítimo representante do continuísmo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quer dizer, do continuísmo do preconceito e da discriminação em relação ao Nordeste. Parece claro que sua pretenção se resume unicamente em atrair ingênuos e desinformados.

Podem procurar um nome do Nordeste para compor a sua chapa oficial. Há vários nomes que reconhecemos honrosos e dignos. Mas tenho muitas dúvidas de que conseguirão convencer os eleitores nordestinos de que as coisas vão mudar agora. Até porque não há um único indicativo nesse sentido.

Aliás, gostaria de fazer um alerta ao meu amigo e colega Senador José Serra: não minta! Esta Casa é muito dura com quem mente. Esta Casa já mostrou que não suporta mentiras. Não prometa o que não po-

derá cumprir. Não assuma compromissos que não poderá honrar. Não abuse da confiança do Nordeste. V. Ex^a tem uma história por que zelar, Senador José Serra! Não troque a sua integridade por promessas eleitorais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Francisco Escórcio.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, sou do PMDB, ocupo hoje a Vice-Liderança do PMDB nesta Casa, e não poderia deixar de, nesta oportunidade em que venho à tribuna, sugerir aos comandantes do PMDB, ao nosso Presidente, aos Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que tenham prudência na escolha do nome do candidato a Vice-Presidente da República.

Que façamos isso após o resultado da convenção, para obtermos a unidade do Partido, principalmente agora que as denúncias feitas pela revista **Veja** se irão apurar das por esta Casa.

Este é o alerta que faço em prol da unidade do Partido.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a que é peemedebista, está ouvindo a minha mensagem, que acho que é oportuna neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas de um grande acontecimento que será realizado em setembro, em Joanesburgo. Trata-se da continuação do evento que tivemos em 1992, no Rio de Janeiro, a Eco-92. Naquela oportunidade, os países que participaram daquele megaevento trataram de problemas altamente significativos para o equilíbrio do planeta e, sobretudo, fizeram uma avaliação da concepção equivocada que tínhamos da utilização dos recursos naturais, como se eles fossem inesgotáveis.

Toda a discussão que perpassou os fóruns de 1992, no Rio de Janeiro, tanto o oficial quanto o paralelo, estava plasmada por esta preocupação: como atender às necessidades do presente sem comprometer o futuro, ou seja, que aquelas necessidades que hoje conseguimos suprir possam continuar a ser supridas nas gerações futuras. E isso não apenas do

pon to de vis ta prag má ti co, mas tam bém do pon to de vistaintan gí vel. Que a mes ma sa tis fa ção es té ti ca que te mos a o ver uma de ter mi na da pa is a gem pos sa tam bém fa zer par te do fu tu ro das ge ra ções que vi rão.

Toda essa discussão envolvia componentes muito importantes, sobre tudo a ava li a ção de que de fen der o meio am bi en te não é uma pos tu ra me ra men te con tem pla ti va da que les que que rem con ge lar a na tu re za, da que les que são avessos a qualquer inter ven ção, a qual quer ação do ho mem na na tu re za. Afinal de con tas, nós nos cons ti tu í mos como se res hu ma nos trans for man do a na tu re za, e à me di da em que a trans for má va mos, tam bém nos trans for má va mos, apar tan do-nos dela. É essa apar ta ção, le va da à sua ra di cal con di ção, que hoje nos faz, ao des tru ír mos a na tu re za, tam bém nos des fa zer mos en quan to pos si bi li da de co mo se res hu ma nos.

A Eco-92 é um mar co re fe ren ci al na his tó ri a da hu ma ni da de por in sti tu ír para o ser hu ma no li mi tes na sua re la ção com a na tu re za, já que, ao lon go de mu i tos anos, fo mos es ta be le cen do li mi tes na nos sa re la ção de se res hu ma nos com se res hu ma nos, de po vos com ou tros po vos, de cul tu ras com ou tras cul tu ras.

Todavia, tínhamos uma compreensão equivocada, inteiramente cartesiana, de que o desenvolvimento era um processo linear que não se depararia com gargalos que nos po de ri am fa zer re tro ce der a pon to de levar, talvez, ao de sa pa re ci men to da es pé cie, ao des a pa re ci men to da pos si bi li da de de vi da e exis tên cia no pla ne ta.

Essa nova concepção, que nos coloca como parte da na tu re za, por que de pen de mos dela para so bre vi ver, está mais do que com pro va da pe los pro ble mas que en fren ta mos com a es cas sez dos re cur sos natu rais, com as emissões de dióxido de carbono, com o efe i to es tu fa. Hoje o mun do in te i ro tem se de di ca do a evi tar uma ca tás tro fe ma i or como, por exem plo, o es quen ta men to glo ba le a ele va ção do ní vel dos ma res, que po dem fa zer de sa pa re cer po vos in te i ros, pa í ses in te i ros. Inclusive, o es quen ta men to do pla ne ta é uma realidade que é sentida e cientificamente comprovada por vários cientistas.

Sob o meu pon to de vis ta e o de al guns ou tros co legas, te re mos a con ti nua ção da Eco-92, em Jo a nes bur go, com a Rio+10, que vai apro fun dar um ou tro com pon en te fun da men tal à pro ble má ti ca am bi en tal: a pro ble má ti ca so ci al, a ex clu são so ci al. Hoje, dos seis bi lhões de ha bi tan tes do pla ne ta, dois bi lhões vi vem aba ixo da li nha da po bre za. Ter-se-á a com pre en são de que meio am bi en te e po bre za não po dem ser tra ta dos se pa ra da men te, de forma dis tan ci a da. Não po de ha ver um al he a men to en tre a de fe sa do meio

ambiente e as pos si bi li da des de in clu são so ci al e de mel ho ri a da qual i da de de vi da das pes soas. E o nos so en ten di men to de mel ho ri a da qual i da de de vi da não se baseia nos referen ci ais que te mos hoje do con sumo ex acer ba do, do mer ca do que di ri ge e cria ne ces si da des para as quais não aten ta ri a mos se não fôssemos induzidos a tê-las, pela ân sia do lu cro fá cil que exis te, em de tri men to do nos so cres ci men to en quan to se res hu ma nos e da pre ser va ção da qui lo que nos sus ten ta, que é o nos so **habitat**.

Portanto, Sr. Presidente, na Rio+10 te re mos essa jun ção, e es pe ro que seja as sim, essa sín te se en tre meio am bi en te e pro ble má ti ca so ci al, cu n han do defi ni ti va men te o con ce i to do so ci o am bi en ta li smo e es ten den do-o para a ação dos go ver nos e dos po vos na qui lo que se con fi gu ra como o de se nvol vi men to sus ten tá vel, ou a sus ten ta bi li da de eco nô mi ca, so ci al, cul tu ral, po lí ti ca e é ti ca de que tan to pre ci sa mos para en fren tar toda essa avas sa la do ra ação que des trói o pla ne ta e as nos sas con di ções so ci ais de vi da.

Dentro desse contexto, o Congresso Nacional está de ba ten do, e já foi apro va da na Câ ma ra dos De pu ta dos, com re la tó ri o do meu com pa nhe i ro de lu ta so ci o am bi en ta li sta, o De pu ta do Fer nan do Ga be i ra, a Con ven ção ou o Pro to co lo de Qui o to, como é cha ma do, pelo qual assumimos compromisso com todo aque le ar ca bou ço que foi in sti tu í do, es ta be le ci do, du ran te a Eco 92.

O Pro to co lo de Qui o to – ou Con ven ção-Quadro das Na ções Unidas sobre Mudança do Clima – foi apro va do du ran te a Con fe rên cia do Rio, em 1992, e cria me ca nis mos e in stru men tos que fa vo re cem a es ta bi li za ção das con cen tra ções de ga ses de efe i to es tu fa na at mos fe ra, ten do por re fe rên cia o ano-base de 1990, de modo a re du zir as pe ri go sas al te ra ções que as ati vi da des hu ma nas têm pro mo vi do no sis te ma cli má ti co do pla ne ta.

Conforme o voto apresentado pelo Deputado Fernando Gabeira no relatório apresentado na Câ mara dos De pu ta dos:

Muito embora mu dan ças cli má ti cas ra di ca is ten ham sido uma con stan te na his tó ri a re cen te da Terra, nen hu ma das an te ri o res acon te ceu com ta man ha ve lo ci da de. E tudo in di ca que a ve lo ci da de das mu dan ças cli má ti cas está sen do maior do que a ca pa ci da de do am bi en te e das es pé cies de se adap ta rem a elas.

Na im pos si bi li da de des sa com pa ti bi li za ção ou des sa sín cro ni a en tre as mu dan ças o cor ri das e a

adaptação das espécies, sobretudo do ser humano, nós poderemos ter um fim catastrófico.

Estão comprovados e mensurados cientificamente os seguintes aspectos:

- as temperaturas têm aumentado durante as últimas quatro décadas, nos oito quilômetros mais baixos da atmosfera;
- as coberturas de neves e gelo têm diminuído, o que tem contribuído para a elevação do nível dos mares;
- a média do nível do mar, assim como a sua temperatura, têm também aumentado.

Mas, ainda assim, as emissões de gases causadores do efeito estufa e de aerossóis decorrentes de atividades humanas continuam crescendo em proporção cada vez mais nociva ao equilíbrio climático.

Do ponto de vista do Direito Internacional Público, esse ato internacional acompanha as tendências mais modernas do Direito das Gentes, na medida em que consagra princípios como a precaução, o aspecto das responsabilidades comuns mas diferenciadas, e o da cooperação entre as nações para a obtenção de resultados comuns.

Há a oportunidade de se corrigir, neste momento, os desvios de trajetória, cuja consequência é a mudança climática, que afetará de forma crescente, irreversível, economicamente suicida e inviabilizadora a vida neste planeta. (Relatório Gabeira)

Ao aprovar o Protocolo de Quioto, o Brasil marcou posição política representativa dos países em desenvolvimento e, assim, o nosso País estaria comprometido com aqueles acordos pactuados durante a Eco 92.

Infelizmente, alguns países desenvolvidos, sobretudo aqueles que mais têm emitido gases que provocam o efeito estufa, não estão querendo cumprir esse acordo.

É preocupante a posição norte-americana de não-ratificação desse compromisso internacional que, lamentavelmente, tem cooptado outros países industrializados, como o Japão, o Canadá e a Austrália. Essa mesma influência nefasta atinge alguns países em desenvolvimento, do chamado G-77, como é o caso da Venezuela, que, como país grande produtor de petróleo, membro da Opep, tende a proteger sua indústria de combustíveis fósseis.

Quanto ao Brasil, agora empenhado em chegar à Rio+10 com o seu dever de casa pronto (ao menos quanto a esse compromisso internacional), deve pre-

parar-se para levar essa consciência e essa determinação à implantação das medidas acordadas entre as nações, sobretudo a implementação da Agenda 21, que, no caso brasileiro, ainda é tímida. Ao dizer isso estou sendo generosa, até porque, na avaliação que foi feita na Rio+5, com partilharmos uma série de experiências vividas pelas comunidades e não aquelas que foram praticadas pelos governos. Algumas experiências foram muito significativas, do ponto de políticas públicas locais, envolvendo prefeituras, e aqui quero ressaltar que todas as Prefeituras governadas pelo PT partilharam experiências muito relevantes durante aquela avaliação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, na Rio+5. Mas o Governo, o Poder Público, no seu todo, ainda tem uma ação muito tímida e refratária em relação à implementação da Agenda 21.

Do ponto de vista do discurso, assimilamos, todavia, que não há viabilização de recursos para a sua implementação, não há uma mudança de paradigma nas ações do Governo, sobretudo quando se trata da implementação de ações de grande porte ligadas à infra-estrutura, estradas, produção de energia e outras ações que são altamente nefastas ao meio ambiente se não acompanhadas das devidas preocupações ambientais. Nesse sentido, temos uma ação que deixa a desejar.

É fundamental que não haja apenas a ratificação do Protocolo de Quioto pelo Congresso Nacional – o que é muito importante –, mas que possamos, sobretudo, participar da Rio+10 com o compromisso da implementação da Agenda 21, com o compromisso de compatibilizar a defesa do meio ambiente e a resolução da problemática social dos 50 milhões de pobres, pois as mazelas sociais contribuem, com certeza, para que haja mais e mais degradação ambiental.

Outro aspecto a que aqui quero dar ênfase, Sr. Presidente, é o fato de que, no dia da aprovação da Convenção de Quioto, segundo entendimento estabelecido entre o Presidente Ramez Tebet e os Líderes governistas, no caso os Senadores Geraldo Melo, Artur da Távola, Romero Jucá, Vice-Líder, e o Relator Romeu Tuma, com os quais conversei, teremos, na pauta, a aprovação da Convenção 169 da OIT, que é a Convenção dos Povos Indígenas.

Essa Convenção recebeu relatório favorável do Senador Romeu Tuma e há mais de um ano aguarda entrar na pauta para ser votada. Lamentavelmente, passou-se mais de um ano e esse relatório não foi votado. O Regimento Interno desta Casa diz que um projeto, após receber parecer e ser enviado à Mesa, deve ser votado em, no máximo, 30 dias. Infelizmente, neste caso, o Regimento Interno não foi cumprido, e

lamento que tenha acontecido exatamente no elo mais fraco.

Fico preocupada inclusive porque, neste momento, com certeza, já começa a haver movimentos no sentido de protelar a matéria. Mas espero que, como o Governo quer chegar a Rio+10 com o dever de casa feito, o faça também em relação à Convenção 169. A polêmica inventada artificialmente de que, ao aprovar essa Convenção, estaríamos fazendo com que os povos indígenas se constituíssem em uma nação dentro da nossa Nação é falsa, não é verdadeira e faz parte de um pensamento atrasado, que acredita que o conceito estabelecido na Convenção 169 vai favorecer a algum interesse de internacionalização das populações em nosso País.

O conceito estabelecido dá total autonomia aos países e reconhece a soberania dos povos que vivem dentro do seu território. De sorte que não temos que ter essa preocupação em aprovar a Convenção 169 para que as populações indígenas possam também contar com esse instrumento que lhes assegure uma série de benefícios que destacarei a seguir. Apenas para criar um sentimento positivo em relação à sua aprovação, devo dizer que os países que já ratificaram a Convenção 169 da OIT são os seguintes: Argentina, em 2000; Bolívia, em 1991; Colômbia, em 1991; Costa Rica, em 1993; Equador, em 1998; Guatemala, em 1996; Honduras, em 1995; México, em 1990; Paraguai, em 1993; Peru, em 1994; Venezuela, em 2001; Noruega, em 1990; Países Baixos, em 1998; Dinamarca, em 1996; e assim por diante.

No caso brasileiro, temos um dado importante para apreender na Rio+10: dos cinco milhões de índios que havia à época do descobrimento, e que foram massacrados há bem pouco tempo, restavam apenas 250 mil índios e, hoje, graças a Deus, com o crescimento populacional, essa população aumentou para 500 mil. Isso é positivo para o Brasil e está associado à luta e à resistência desse povo pela demarcação de seus territórios, pelo reconhecimento e valorização da sua cultura, pelo direito de continuar a existir, valorizando os seus aspectos sociais, culturais, morais, em todos os sentidos da sua existência humana. E isso é positivo.

Todavia, com a aprovação da Convenção 169, poderemos ampliar os direitos das populações indígenas, direitos estes que não são diferentes do que prescreve a nossa Constituição de 1988, em seu art. 231, quando estabeleceu que as comunidades indígenas têm direito aos territórios que tradicionalmente ocupam. Tudo o que está aqui na Convenção, nesse acordo internacional sobre os povos indígenas,

também está assegurado e até de uma forma melhor dentro da Constituição Federal, que é a extensão de todos os direitos humanos aos povos indígenas no mesmo grau do resto da população do Estado, ou seja, não pode haver dois pesos e duas medidas, não pode haver seres humanos de primeira classe e de segunda classe.

O termo "povos indígenas" foi utilizado reconhecendo a autonomia desses povos, com a expressa ressalva de que não tem o mesmo significado do adotado pelo Direito Internacional, razão pela qual não compromete em nenhum momento a soberania dos Estados. O convencimento internacional é de que não existe esse perigo de, ao adotarmos o termo "povos indígenas", estarmos dando aos índios o estatuto de um povo dentro de um povo, de uma nação dentro de uma nação, e que ainda ampliaria os seus direitos com relação à participação em todas as instâncias de tomada de decisão, em qualquer órgão ou instituição responsável por políticas públicas ou programas que tenham relação com os seus direitos.

Tenho até ouvido aqui, de forma positiva, de alguns Srs. Parlamentares a idéia de que os índios, de forma competente, capacitada e comprometida com a causa indígena e com uma política voltada para os seus interesses, podem assumir a direção do órgão indigenista, que seria a Funai.

A Convenção 169 contempla, entre outros, os seguintes direitos:

- Direito coletivo dos povos indígenas sobre os territórios que tradicionalmente ocupam e o direito de uso, administração e conservação dos recursos naturais;
- Direito de dispor de meios de formação profissional, acesso à saúde, assistência social no mínimo iguais aos demais cidadãos;
- Direito de desenvolver atividades tradicionais como caça, pesca, coleta, artesanato e empreendimentos comunitários, os quais deverão ser estimulados e apoiados pelo Estado.

E aí acho interessante fazermos uma análise. Quando assimilamos os índios em nossa cultura e eles se transformam naquilo que somos, a primeira coisa que fazemos, pelo viés etnocêntrico, o viés conservador e atrasado, é considerar que eles não são mais índios, pois agora que remémoro, que rem transporte de carro, não querem mais andar de canoa, querem comprar e vender, isso é aquilo. Ora, nós dizemos para eles que o que eles são é feito, não é evolutivo; que a nossa cultura e o nosso referencial são o máximo em termos de processo civil

zatório. E quando essa “civilização” se dá, passamos a criá-los porque eles já deixaram de ser aqui lo que eram e agora, portanto, não têm mais direitos.

Nós não deixamos de ser brasileiros se formos morar em outro país. Eu não deixo de ser acreana por estar morando em Brasília, da mesma forma os Cachinauas, Jaminauas, os Madijas, todos os índios deste País não deixam de ser índios por entrar em contato com os brancos.

É por isso que a aprovação dessa Convenção é fundamental e importante para as populações indígenas. Ela significa, pelo que entendi da palavra dos Srs. Líderes, uma postura positiva da parte do Governo, em não fazer apenas aquilo que está na moda, que gera lobo pe, que é a ratificação do Protocolo de Quioto, mas também de ratificar a Convenção 169, que há anos está tramitando no Congresso Nacional, ficou por mais de um ano e cinco meses na mesa, quando o prazo máximo seria de 30 dias. Agora, se Deus quiser, pela mobilização do povo, pelo compromisso assumido com os Srs. Líderes, que, de uma forma sensível e respeitosa para com a problemática indígena, concordaram em colocar na pauta no mesmo dia da aprovação do Protocolo de Quioto, chegaremos a Joanesburgo para participar da Rio+10 com o dever de casa feito, com duas lições, o Protocolo de Quioto e a Convenção 169.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senadora Marina Silva, V. Exª já deu a resposta que a Mesa teria que dar ao questionamento feito. O Presidente da Mesa do Senado já despatchou, mandando incluir na Ordem do Dia, junto com o Protocolo de Quioto, a Convenção 169.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Pro nuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acabo de receber do meu Estado recorte do **Jornal do Norte**, de Montes Claros, uma ci da de no norte de Minas Gerais, que denominamos capital mineirada Sudene.

Destaco a grande manchete: “Escritório da Sudene em Montes Claros será desativado nos próximos dias.”

Amatéria diz que:

Minas Gerais é um dos Estados da União que terá desativado, nos próximos dias, o escritório da Sudene. Os três funcionários que ainda trabalham no escritório da extinta autarquia, em Montes Claros, con-

fessaram à reportagem do **Jornal do Norte**, na tarde de ontem, que ainda não sabem qual será o seu destino. Entretanto, informam que foram sondados sobre um possível remanejamento para outros órgãos federais. O anúncio da desativação do escritório da extinta Sudene, em Minas, foi feito pelo liquidante Lemoel Granjeiro Cavalcante, no último domingo. Ele determinou que todos os escritórios da extinta autarquia do Governo Federal que não tivessem prédios próprios, como é o caso dos Estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Minas Gerais (Montes Claros) fossem desativados.

Ontem com pleitou um ano que a Medida Provisória nº 2.146 extinguiu a Sudene e criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Entretanto, não há motivos para comemoração. A Associação dos Servidores da Sudene (ASS) e a Associação das Empresas de Planejamento e Consultoria do Nordeste (Assempe) alegam que a situação atual na autarquia é mais difícil que na época da extinção, há um ano. Segundo eles, a promessa feita pelo Governo Federal sobre a criação de uma agência, em substituição à autarquia, não foi cumprida. Ao invés de uma estrutura mais dinâmica, foi deixado um vázio.

O Presidente da ASS, Edson Veloso, mostra preocupação. “Fomos esquecidos”, lamenta. Segundo ele, “nada funciona na Adene”. Veloso diz que nem mesmo o decreto presidencial, assinado em março passado regulamentando a estrutura da agência, normalizou as atividades. Nenhum diretor foi nomeado, e as visitas realizadas pelos servidores aos gabinetes de deputados e senadores em Brasília não ajudaram a pressionar o Governo. Dos 912 funcionários da autarquia, 512 foram remanejados para outros órgãos federais.

Recebi também, de Montes Claros, uma carta do eminente empresário, advogado, ex-Deputado Federal Dr. Luiz de Paula Ferreira*. Diz ele:

Causou perplexidade e revolta a notícia, estampada na imprensa, do fechamento do escritório regional da Sudene, em Montes Claros. O Ministro Ney Suassuna, homem conhecedor dos problemas da região, não falou em extinguir o escritório. Os

pré-candidatos à Presidência da República, em suas manifestações públicas, unanimemente apontam o desenvolvimento econômico como meta eficaz no combate ao desemprego, ao banditismo e à pobreza.

Será que todos eles estão enganosados? É claro que estão no caminho certo. Não será desmontado a estrutura de apoio, montada pela Sudene, por meio dos escritórios regionais, que se alcançará o desenvolvimento por todos desejado.

É necessário que se impeça o fechamento do escritório regional. A região de atuação da atual Adene, no norte de Minas, no Jequitinhonha e no Espírito Santo, está muito distante da sede da Adene, em Recife. É muito vasta, é maior do que o Estado de Pernambuco e maior do que a soma das áreas de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Pedimos o apoio do Senador à permanência do escritório regional da Adene em Montes Claros, que atende a 165 Municípios, sendo 88, no norte de Minas (incluindo aqui o semi-árido norte mineiro); 54, no Vale do Jequitinhonha, que é uma das regiões mais pobres do País, e 23, no Vale do Mucuri.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Sudene representou um marco fundamental na importância no desenvolvimento econômico e nas infra-estruturas social e política na área mineira da Sudene, que compreende 165 Municípios (88, no norte de Minas; 54, no vale do Jequitinhonha, e 23, no Vale do Mucuri).

Em extensão territorial, a área mineira da Sudene é maior do que Pernambuco e suas respectivas áreas de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte, reunidas.

A Sudene aprovou – isto é muito importante –, na área mineira, 228 projetos dos setores industriais, agroindustriais, agrícolas, agropecuários, de telecomunicação, de infra-estrutura e de turismo, que geraram mais de 40 mil empregos diretos. Desses 228 projetos aprovados para a área mineira, 16 ainda estão em implantação.

Onze cartas-consulta prevendo projetos de investimentos na área mineira estavam em análise na Sudene, sendo que, destas, seis já haviam sido aprovadas e estavam aguardando projeto. Uma das cartas-consulta aprovadas é a da hidrelétrica de Irapé, com investimentos da ordem R\$406 milhões.

Noventa e nove por cento (99%) do IPI e sessenta por cento (60%) do ICMS recolhidos na região norte-mineira são gerados por projetos implantados com recursos do Finor. Mas a Sudene não é só Finor. Em Minas, a Sudene vem realizando, em convênio

com o Governo do Estado, obras de infra-estrutura socioeconômica com ênfase para recursos hídricos, saneamento básico, transportes, telecomunicações, eletrificação, turismo, educação, saúde e pesca, com programas especiais de apoio ao pequeno produtor e para atendimento em situação de calamidade, como secas e inundações.

Importância equivalente a 4,5 vezes o valor total do Finor, investida em projetos da região, já entrou nos cofres públicos na forma de tributos gerados pelos projetos incentivados. Ou seja, todos os recursos investidos na região, pelo Finor, já foram devolvidos quatro vezes e meia mais. O incentivo da Sudene tornou-se uma aplicação rentável para o Governo. Além dos ganhos sociais: criação de empregos, profissionalização do trabalhador, evolução do padrão de vida da classe trabalhadora, expansão do comércio, imprimindo nova dinâmica ao desenvolvimento regional.

A Medida Provisória nº 2.146, de 02 de maio de 2001, extinguiu a Sudene e o Finor e criou a Adene e o FDN – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, já com recursos previstos para serem aplicados em 2002, no valor de R\$660 milhões. Porém, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDN) ainda não foi regulamentado.

O Decreto nº 4.126, de 13 de fevereiro de 2002, regulamentou a Adene. Porém, na sua estrutura regional, aprovada por este decreto, não constam os escritórios regionais. Os diretores da Adene ainda não foram nomeados; ainda não foi iniciada a implantação da Adene. É uma irresponsabilidade!

No final do ano passado, na época do Dr. Roldão Torres e do Ministro Ney Suassuna, falava-se na permanência de quatro escritórios considerados estratégicos. Um deles é o de Minas Gerais.

Em fevereiro de 2002, foi nomeado o liquidante extra-judicial da Sudene, Sr. Leomel Cavalcanti, para concluir os assuntos pendentes da Sudene e efetivar a sua extinção. O prazo para o término dos trabalhos de liquidação está previsto para agosto/2002.

Em entrevista ao **Diário de Pernambuco**, o Sr. Leomel falou da desativação dos Escritórios de Minas Gerais, Paraíba, Alagoas e Sergipe por estar atuando em área alugada.

Há tempo para se impedir o fechamento do Escritório Regional, que atende a 165 Municípios em Minas Gerais e Espírito Santo.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma lástima o que está acontecendo.

A Sudene foi criada, em 1960, de pois de uma recomendação de Sua Excelência, o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, um dos maiores estadistas de toda História republicana brasileira. Pois bem: Sua Excelência foi buscar nada menos do que o grande economista brasileiro, Dr. Celso Furtado, para a realização desse trabalho, que contemplava aquela região menos favorecida do Brasil.

Juscelino, como Presidente da República, reconheceu que no Brasil (há muitos “brasís”) há regiões que precisavam de tratamento diferenciado para o desenvolvimento econômico como meio para que se alcançassem os objetivos sociais naquela área.

Todos nós, que conhecemos o Nordeste antes de pois da Sudene, sabemos como foi relevante para aquela região a sua criação.

É muito importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Congresso Nacional – Senado e Câmara –, não permita que se esvazie tudo o que ainda representava certo alento de desenvolvimento para aquelas regiões tão desfavorecidas.

Sr. Presidente, posso testemunhar, porque conheço bem toda aquela região. Em 1969, por tanto há 33 anos, tive o meu primeiro projeto aprovado pela Sudene, o qual recebeu três quartos de recursos provenientes da Sudene e um quarto apenas de participação própria, ou seja, para cada um cruzeiro nosso, três cruzeiros eram aportados pela Sudene para aquele projeto. Sr. Presidente, esse projeto gerou outros dez. O segundo, ainda em Montes Claros, teve 2,3% de recursos do Finor e foi implantado com 97,7% de recursos próprios. O terceiro, também em Montes Claros, foi implantado com zero por cento de recursos do Finor e 100% de recursos próprios. Portanto, o primeiro projeto, classificado na faixa “A”, proporcionou todo esse desenvolvimento para o Nordeste brasileiro. O quarto projeto, idem: zero por cento de recursos da Sudene. Em Campina Grande, interior do Estado da Paraíba, implantamos o maior e mais moderno empreendimento industrial da região do mundo. São duas fábricas moderníssimas: uma, de equipamento todo suíço, e a outra, de equipamento alemão. Naquela oportunidade investimos neste projeto mais de US\$200 milhões, tudo com recurso próprio. Sr. Presidente, todos esses investimentos representam uma espécie de agradecimento nosso à Sudene tendo em vista o apoio que nos foi dado para a implantação da quele primeiro projeto, o qual foi apoiado quase que 100% pela Sudene, possibilitando a concretização da nossa vontade em realizar aquele trabalho.

Também em João Pessoa recuperamos uma fábrica, de corrente de projeto implantado no passado.

Essa recuperação foi feita também sem um real sequer de recursos do Finor, e que hoje estão no rol das fábricas mais modernas de felpudos do planeta, tendo quase toda a sua produção exportada para os Estados Unidos da América. No Rio Grande do Norte foram implantados três projetos importantíssimos, que geraram milhares de empregos, também com zero por cento de recursos da Sudene.

Portanto, Sr. Presidente, aquele primeiro projeto, implantado graças à Sudene, gerou todos os demais. Por ter sido levado a sério, ele deu certo, assim como muitos outros, e não apenas os que foram implantados no meu Estado. Cito aqui os Estados contemplados pela Sudene: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Sr. Presidente, portanto, a razão pela qual venho à tribuna é para fazer um apelo à V. Ex^a, aos meus nobres Pares e aos nossos Companheiros do Congresso Nacional no sentido de que não deixemos de lado região tão desfavorecida. Não podemos, de forma alguma, cruzar os braços em relação a essa irresponsabilidade demonstrada pelo Governo para com uma área tão carente do Território brasileiro.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Alencar, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considerando ser esta a última sessão antes do segundo domingo de maio, data em que se comemora o Dia das Mães, gostaria de saudar todas as mães do meu Estado de Roraima e de todo o Brasil, assim como a nossa Presidente e a Senadora Marina Silva, aqui presentes. Essa homenagem deveria ser feita diariamente por todos nós, homens. Mas como há um dia específico para se reverenciar as mães, que rostar, desta tribuna, essa homenagem a todas as mães do Brasil.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o exercício da atividade política no mundo democrático é pleno de eventos que proporcionam o sentimento de re-

lização aos que dela participam como representantes legitimados pela comunidade por meio do voto.

Na verdade, Sr^a Presidente, é muito difícil, na vida pública, que alguém, após ter deixado o cargo, receba de seus correligionários e companheiros reconhecimento público, o aplauso pelos atos praticados durante a sua administração.

Hoje, Sr^a Presidente, aqui estou para me referir ao êxito dos sete anos e três meses de mandato do Governador Neudo Ribeiro Campos à frente do Poder Executivo do meu Estado, Roraima.

Cumprindo disposição estatuída pela Lei Eleitoral, o Governador Neudo Campos desincompatibilizou-se da função que exercia para colocar-se à disposição do povo do nosso Estado em novo desafio, agora pleiteando uma das cadeiras para o Senado Federal pelo nosso Estado.

Engenheiro civil, empresário bem-sucedido, o Governador Neudo Campos exerceu um mandato que marcará a história do Estado de Roraima pela ação plena de êxito de um dos seus ilustres filhos.

Conduzido à condição de Território Federal em 1943, tendo como base territorial parte da área do Estado do Amazonas, e elevar à categoria de Estado no bojo da Constituição de 1988, o Estado de Roraima está em fase de consolidação das ações que lhe darão sustentabilidade econômica e social para a construção do seu desenvolvimento.

Nesse mister, a administração do Governador Neudo Campos, conhecedor que é das raízes culturais e econômicas da região, pode ser nominada uma real ponte entre o presente e o futuro da nossa União da Federação.

Com uma malha rodoviária de mais de 1.500 quilômetros asfaltados, energia elétrica confiável, ótimo clima e terras agrícolas, além de uma série de incentivos governamentais, Roraima desponta como um dos Estados mais promissores para investimentos.

O Governador Neudo Campos, ao concluir o seu mandato, pode afirmar que o Estado de Roraima está pronto para o desenvolvimento, com a infra-estrutura concluída e em posição geográfica atraente a quem quer produzir para os mercados interno e externo.

Ao assumir o governo, em seu primeiro mandato, em 1995, o Governador Neudo Campos resolveu direcionar suas ações administrativas para criar as bases de sustentação econômica do Estado, até então fixada tão-somente nos repasses de verbas federais. Ainda na primeira gestão, conseguiu inaugurar o asfaltamento da BR-174, rodovia que liga Boa Vista a Manaus e Boa Vista, a capital do nosso Estado, à

Venezuela, cortando de ponta a ponta o Estado de Roraima em seu eixo central.

Essa ligação rodoviária com os vizinhos, feita em parceria com o Governo Federal, facilitou a vida dos roraimenses e constituiu-se num grande corredor de integração. Para eliminar a balança que tantos transtornos causava na travessia dos 900 metros do rio Branco, o rio principal que corta o nosso Estado, no Município de Caracarái, com o apoio da Banca da parlamentar federal, o Governador Neudo Campos conseguiu concretizar mais esse sonho, inaugurando uma ponte que encurta sobremaneira o tempo de viagem entre Boa Vista e Manaus.

Ainda na área rodoviária, foi entre que pronto o trecho brasileiro do corredor de integração com as Guianas, com a pavimentação asfáltica da ligação de Boa Vista à sede do Município de Bonfim, na fronteira com a República da Guiana.

Para unir ainda mais as cidades de Bonfim, no Brasil, e Lethen, na República da Guiana, o Governador Neudo Campos iniciou e deixou em andamento o estudo de construção de uma ponte de 230 metros sobre o rio Itaçu, que será o elo de ligação entre o Brasil e a Guiana. O programa Arco Norte, contemplado no Avança Brasil, pretende interligar Boa Vista a Macapá, por via terrestre, cortando as três Guianas, fazendo o aproveitamento de um porto marítimo em Georgetown para o escoamento de nossos produtos.

Outra base de sustentação econômica dependia de grandes investimentos no setor elétrico para garantir energia confiável e viabilizar um pólo industrial local, com grandes chances de vender para o mercado exterior, já que, do ponto de vista geográfico, Roraima está muito mais próximo dos Estados Unidos, do Caribe e mesmo da Europa do que todos os outros Estados brasileiros.

Foi, então, estabelecida como prioridade na administração do Governador Neudo Campos coordenar as ações que permitissem a aquisição de energia da vizinha Venezuela. Nesse sentido, intermediou diversos encontros com autoridades brasileiras e venezuelanas, até ver concretizada a importação de 200 megawatts, gerados no complexo de Macáua/Guri, no Estado de Bolívar, no nosso vizinho país, Venezuela, pelo prazo de 20 anos.

A linha de transmissão, conhecida como "Linha de Guri", com 690 quilômetros de extensão, foi inaugurada no dia 13 de agosto do ano passado, com a presença dos Presidentes do Brasil e da Venezuela, passando o Estado de Roraima a consumir, imediatamente, energia segura, sem risco de black out e mais barato do que a produzida no restante do País.

Dos 200 megawatts que chegam da Venezuela, cerca de 60 megawatts são consumidos no abastecimento da capital, garantindo importante reserva de produto para o atendimento dos demais Municípios do interior do Estado, possibilitando energia para o atendimento dos produtores rurais e dos demandadores do pólo industrial, em fase de implementação.

Embora ainda incipiente, o setor industrial de Roraima é um dos grandes atrativos para o setor privado, já gozando de incentivos oferecidos pelo Governo do Estado.

Para efetivação do desafio de produzir grãos na lavoura de Roraima, o Governo do Estado tem concedido isenções nas áreas do ICMS para operações de importação e exportação, para a aquisição de máquinas, utilitários e implementos agrícolas, peças de reposição e para transportes.

Como motivação para empresas no ramo industrial, o Governador Neudo Campos propôs a criação e implantou, em 1999, o Fundo de Desenvolvimento Industrial, que define incentivos para implementação, funcionamento, realocização, ampliação, modernização, diversificação, sob a forma de subscrição de ações, participação societária, empréstimos, prestação de garantias, infraestrutura de armazenagem e produção, dentre outros, da elaboração de estudos de mercados e projetos executivos.

Na área social, foi destacada a atuação da administração Neudo Campos nos segmentos de educação, saúde, segurança e de benefícios diretos e compensatórios à população carente.

No setor educação, foram construídas 127 novas escolas e reformadas 210 outras para melhor acomodação dos 116 mil estudantes matriculados na rede estadual de pré-escola, ensino fundamental e médio.

A educação roraimense tem como base a filiação da Escola Padrão, com prédios construídos dentro das especificações climáticas da região, com o objetivo de oferecer maior comodidade a alunos e professores. Essa iniciativa foi agraciada com prêmio concedido pelo Ministério da Educação. Destacou-se nesse modelo a implantação da escola de tempo integral, com a permanência do aluno nos dois turnos diurnos, recebendo, além do ensino regular em nível fundamental e médio, atividades extracurriculares globalizadas e a alimentação fornecida pelo Governo na própria escola.

O então Governador Neudo Campos não se esqueceu da capacitação dos professores. Cerca de 600 professores já passaram por programas de capacitação,

de acordo com o registro de que, em todo o Estado, não há hoje nenhum professor em sala de aula que não tenha a devida capacitação. Essa meta foi alcançada também para os professores de origem indígena, uma particularidade do nosso Estado, pois todos os professores dessas comunidades já passaram pelo Projeto Magistério Parcelado Indígena, elaborado e executado nos termos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A preocupação com a capacitação dos professores foi além-fronteiras, com o curso de Mestrado na Universidade de Matanzas, em Cuba, e o intercâmbio com a vizinha Venezuela, para sua melhor capacitação.

Para estabelecer uma estrutura mais permanente na área de capacitação profissional dos servidores do Estado, o Governador Neudo Campos propôs e a Assembléia Legislativa aprovou a criação da Fundação de Educação Superior do Estado de Roraima (FESUR), que tem como um dos seus órgãos o Instituto Superior de Educação de Roraima (ISE/RR), instalado com a tecnologia do Institut Universitaire de Formation de Maîtres de Creteil, da França, objetivando a formação de professores e funcionário na hoje com 140 alunos selecionados em vestibulares específicos.

As ações conduzidas pelo Governador no setor saúde têm como reflexo mais imediato o atendimento da população por meio de profissionais melhor qualificados e uma estrutura que garante a saúde e a qualidade de vida dos roraimenses. Essas evidências são registradas nas modificações sensivelmente animadoras dos perversos índices de mortalidade infantil.

O Programa Médico em Sua Casa, criado no ano de 1997, e o Programa Estado Saudável, criado no ano de 1999, têm por objetivo de detectar fatores de risco que afetam a saúde da população e sua possível modificação por intermédio de ações de conscientização, visando a prevenção de doenças e proporcionando o bem-estar à comunidade. Com esses programas, intensificaram-se o atendimento médico, a visita médica domiciliar, a internação domiciliar e a visitação promotor de saúde de casa em casa.

Na área de investimentos em saúde, foi priorizada a reforma e ampliação de hospitais, com o apoio do Ministério da Saúde, resultando no aumento do número de leitos de atendimento de urgência e emergência, melhoria das instalações físicas das principais unidades de saúde do Estado, aquisição de equipamentos, proporcionando melhoria no atendimento e maior eficiência dos trabalhos.

Entendeu o Governador a necessidade de se antecipar a muitos dos problemas relacionados como

bem-estar da população e conduziu programas específicos destinados à ampliação do oferecimento de água potável, incluindo as comunidades indígenas. Nesse sentido, foram alocados investimentos que proporcionaram a expansão da rede de distribuição de água em cerca de 53,42%, mediante a ampliação da capacidade de oferta da companhia de água e esgoto e a perfuração de poços tubulares em localidades com maior dificuldade de atendimento.

Tema que tem galvanizado a atenção, as preocupações e consideráveis recursos no âmbito nacional e mundial, a segurança pública não poderia estar fora das preocupações do Governador Neudo Campos. De início, foi implantado um projeto visando a estruturação da Secretaria de Segurança Pública para superação da ausência de condições de trabalho nas áreas policiais e técnica.

O Instituto Superior de Segurança e Cidadania (ISSEC/RR), criado na estrutura da Fundação de Educação Superior do Estado de Roraima, foi implantado sob orientação de técnicos do setor de segurança pública do Canada e conta com 150 alunos selecionados também em vestibulares específicos.

Na Polícia Militar, além de medidas de valorização do policial militar, foi instituído o ingresso de mulheres nos quadros de carreira. Com isso, a segurança ostensiva está presente em todos os quadrantes do Estado e mais intensamente nas ruas da capital Boa Vista.

Antecipando-se à inextinguível uniificação das Polícias Civil e Militar, e todo o País, como resultado das proposições em tramitação no Congresso Nacional, Roraima já se posicionou com a uniificação de ações determinadas pelo Governador Neudo Campos. O resultado da união de esforços entre os segmentos civil e far da do da polícia roraimense tem sido o mais promissor possível, com resultados operacionais visíveis e apoiados pela comunidade.

O Governador Neudo Campos não se descuidou dos benefícios diretos e compensatórios à população carente, contando com a ação operosa e dedicada de sua esposa à frente da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social.

As crianças e adolescentes têm recebido atendimento e sido abrangidos por ações de promoção social dos programas Brincando e Aprendendo, Centro de Oficinas Pedagógicas, Abrigo com Medida de Proteção, Educadores Sociais de Rua.

O atendimento social direto foi conduzido pelos programas Assistência Básica, Leite da Família,

Enxoval do Bebê, Recrutar, Orientação Familiar, Apoio à Pessoa Idosa, entre outros.

Com apoio do Sistema Nacional de Empregos (Sine), foram operados os programas Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional, Intermediação de Mão-de-Obra, Seguro-Desemprego e o Programa de Artesanato de Roraima.

Destacou-se, a partir de 1997, o serviço de apoio às comunidades indígenas, uma demanda peculiar às características do Estado de Roraima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por uma questão de dever e de justiça, traço estes breves dados ao conhecimento de V. Ex^{as}.

Ao deixar o Governo do Estado de Roraima, para postular uma das cadeiras de representação no Senado Federal no próximo pleito eleitoral, o Governador Neudo Campos transferiu ao Vice-Governador, Flamarion Portela, um Estado preparado para os novos desafios de um por vir que não é mais um sonho de juventude, mas uma realidade de que se efetivava dia a dia, por meio de ações concretas e responsáveis, que asseguram e reafirmam a justiça e o acerto dos que se empenharam pela criação do novo Estado.

Faço um registro: a Senadora Marluce Pinto, o ex-Governador Otomar Pinto e eu batalhamos muito pela criação do Estado de Roraima na Constituição de 1988. Temos certeza de que, hoje, a população de Roraima sabe que agimos certo em relação a essa atitude.

O Estado de Roraima se mostra cada vez mais viável e promissor, remetendo para o passado da história as lutas e o esquecimento de uma região que emerge da total dependência para as condições de um caminho que se abre para a auto-sustentação.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

A Sra. Marluce Pinto, Suplen te de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu discurso, registro o falecimento, hoje, em Brasília, do Sr. Eduardo Vilela Mackenzie, pai do Dr. Eduardo Alberto Vilela Morales, Superintendente da Embrapa do Estado de Roraima.

Se houver interesse para os que aqui vivem, o endereço do falecido é SHIS, QI 17, conjunto 3, casa 19, Lago Sul.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para solidarizar-me com a família do falecido.

No dia 1º de maio recém-passado, comemoramos o Dia do Trabalhador.

Em homenagem ao trabalhador brasileiro, portanto, é que faço as reflexões de agora.

Tardia homenagem, porque nesta semana os oradores foram muitos. Apauta este muito extensa, e não houve possibilidade de pronunciar-me. Mas essa data é sempre atual porque todo dia é dia de trabalho; é dia de produzir, de levantar cedo e fazer funcionar as chaminés, os fornos, as máquinas e, principalmente, as mãos, as mentes e os corpos de todos nós que trabalhamos, geramos riquezas e não podemos parar, sob pena de pagarmos muito alto, o mesmo preço que, neste mundo competitivo e materialista, pagam aqueles que ficam aquém na qualidade e quantidade de seus produtos. Infelizmente, grosso modo, é essa a dura, fria e desumana realidade da matemática que confere valores em nossa atualidade.

Entretanto, Sr. Presidente, um item, uma palavra, uma ação, com o que se abre por-se a tudo isso e continua a ser o mais nobre componente da função produtiva de qualquer sociedade: o trabalho.

Mesmo que a produção seja resultado da conjugação capital/trabalho, apenas o trabalho é digno de ser uma expressão maior da pessoa humana.

Em qualquer sociedade, toda e qualquer vantagem que possa o capitalismo dar a quem o pos sua deve ser antecedida de honra, honestidade e dignidade no trabalho que o originou. E é a partir dessas palavras: honra, dignidade e ética, que cada um de nós, sejamos brasileiros, americanos, africanos, europeus, árabes, italianos ou argentinos, devemos examinar a questão das relações entre o capital e o trabalho.

Mais do que nunca, principalmente agora, na al-deia global quase sem fronteiras em que vivemos, devemos voltar nos olhos às preocupações para a legislação concernente ao trabalho e elaborar novas propostas que protejam os que trabalham.

O trabalhador, em hipótese alguma, deve ser vislumbado como uma mercadoria em leilão, que se compra pelo menor preço. O trabalhador não é um pedaço de vida que se aluga por tempo de terminado.

Trabalhar, antes de quaisquer outros adjetivos, é honrar nossa condição humana.

Trabalhar e produzir são valores humanos ímpares, inerentes à nossa própria condição de estarmos

vivos. Dois verbos que, na verdade, sintetizam as duas ações mais belas do ser humano, mobilizadas para a realização de obras dignas.

E, onde há trabalho, Sr. Presidente, há salário.

Refletindo sobre isso, é oportuno dizer que salário não é o simples pagamento por um trabalho realizado.

O salário não é apenas o preço pago por um insumo da produção.

O salário, antes e acima de tudo, é a contrapartida material a que o trabalhador tem absoluto direito por sua participação no empreendimento produtivo.

O salário, para o trabalhador, é o fruto resultante de seus conhecimentos, de seus esforços, de sua dedicação, do dever cumprido e da obra realizada.

Salário, para o trabalhador, deve, por direito, garantir-lhe todos os requisitos necessários a uma vida digna: alimentação, educação, saúde, habitação e lazer.

E ao trabalhador – não importa sua condição ou qualificação; não importa se autônomo, assalariado, artesão ou intelectual; não importa se no campo ou na cidade – não pode faltar o trabalho.

O trabalho, qual quer que seja ele, deve ser o caminho mais curto, mais amável e mais limpo, para que o homem realize suas aspirações, pois nada é tão trágico e tão desumano quanto uma família sentada à mesa sem o pão de cada dia, em virtude de o pai ou a mãe estar sem emprego e não ter como prover a alimentação dos próprios filhos.

Sr. Presidente, meus nobres colegas, certo é – e é preciso que sejamos justos – que muito temos que comemorar no engrandecimento desta Nação, particularmente nesta última década. Muito, porém, ainda nos falta para que a realidade do trabalhador brasileiro se encaixe nas minhas palavras iniciais.

É mais do que justo enaltecermos os fatos positivos havidos, mas também é preciso abraçarmos, com mais força, mais vontade e mais veemência, o muito que ainda falta e que causa aflição e desespero a milhares de famílias por este imenso Brasil.

As informações divulgadas anteontem pelo IBGE, ontem estampadas nos jornais, dão-nos conta de que nosso País melhorou alguns índices sociais nos últimos dez anos, ressalvadas algumas exceções localizadas.

No geral, tivemos que dada a mortalidade infantil em torno de 38%, um fato realmente merecedor de aplausos. O analfabetismo decresceu, passando dos 17,2% da população, em 1991, para menos de 13% em 2000. Ampliamos o acesso de nossas crianças na

escola, ultrapassando o percentual dos 90% no ensino fundamental.

É motivo de orgulho para todos nós sabermos que o índice das residências brasileiras atendidas com água canalizada, esgoto e sanitário e coleta de lixo subiu para 62,3%, quando em 1991 era inferior a 50%. Esse fato proporcionalizou o nível de expectativa de vida dos brasileiros.

Outras informações positivas dizem respeito aos lares brasileiros que ficaram mais bem equipados nos últimos dez anos. O IBGE garante que houve significativo crescimento de bens duráveis e serviços nas casas dos brasileiros. Entre esses bens destacam-se o telefone fixo, que passou de 18,6% em 1991 para 39,7% em 2000, e a máquina de lavar, presente hoje em 26% das residências.

Das cerca de 44 milhões de residências brasileiras, as estatísticas do IBGE dizem que 39,1 milhões possuem rádio; 38,9% milhões possuem televisão e 37,2 milhões possuem geladeira ou **freezer**. Ou seja, 80% dos lares brasileiros possuem esses bens. E destaca que, desde 1991, os domicílios com automóvel subiram 42%.

Sem dúvida, ótimas notícias.

Contudo, paralelamente a essas boas notícias, persistem as más.

Se, em termos globais, fomos mundialmente reconhecidos como um dos países que mais avançaram positivamente nos indicadores da mortalidade infantil, permanece entre nós flagrante disparidade entre as Regiões Nordeste e Sudeste. Quando, no índice geral, a redução foi de 34,6%, caindo de 45,3 para 29,6 óbitos por mil nascimentos e mortos antes de completar 1 ano de idade – número mais que satisfatório, abaixo do máximo de 33 óbitos por mil estipulado pela Organização das Nações Unidas na década passada –, no Nordeste o índice continua em 44,2 mortes por mil. Em Alagoas, o censo anterior mostrava o absurdo número de 70 mortes por mil, a maior taxa brasileira, comparável à de países africanos em guerra e abandonados à própria sorte.

No censo atual, a Região Norte aparece com 29,2 mortes por mil nascidos, contra 21,2 na Região Centro-Oeste, 20,6 no Sudeste e 19,7 no Sul. Mas, ao final, registra um agravante: neste País ainda morrem milhares e milhares de crianças por causas plenamente evitáveis, como a diarreia.

Ainda sob a ótica das disparidades regionais, o mesmo ocorre nas questões de educação e saneamento básico. Enquanto no Sul a taxa de analfabetos é de 7,8%, no Nordeste é de 26,6%. Oitenta por cento

dos lares do Sul têm acesso à rede coletora de esgotos, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste, apenas 7,5% das residências contam com esse serviço.

E o mais grave, Sr. Presidente, - que nos obriga a uma profunda meditação – é a constatação de que, entre nós, persiste uma má distribuição de renda.

O estudo do IBGE deixa claro que, mesmo com o aumento do rendimento médio nacional, que passou dos R\$302 em 1991, para R\$525 no novo milênio, 52% da população ocupada continua a auferir entre um e dois salários-mínimos mensais, contra os mais de 20 salários-mínimos de apenas 2,6% dos mais ricos.

E mais uma vez, mesmo que a pobreza atinja todos os quadrantes da Nação, a superioridade dos pobres sobrevive, exatamente nas regiões menos privilegiadas, isto é, nas Regiões Norte e Nordeste.

Perpétua, também, parece a idéia de que as mulheres são inferiores aos homens nos direitos e obrigações – uma afronta ao inciso I do art. 5º de nossa Carta Magna –, principalmente quando o assunto é retribuição pecuniária. Às mulheres, estejam elas no sul ou no norte, no leste ou no oeste, a média salarial para funções correlatas, ainda persiste em torno de 60% do que percebe o homem.

Sr. Presidente, meus nobres colegas, há muito, mas muito tempo mesmo, que passo a hora de unir os dois Brasis que, queiramos ou não, existem e cujo divisor é representado pelo abismo das desigualdades sociais.

Os trabalhadores brasileiros, aqui e ali, no campo ou nas cidades, técnicos ou executivos, doutores ou braçais, fardados ou civis, merecem participar, com mais justiça e maiores benefícios, da mesa que distribui o bolo da riqueza nacional.

O trabalhador brasileiro merece a contrapartida justa pelo que produz. Merece ser remunerado de forma que garanta, a si e a sua família, acesso ao básico para uma vida mais digna e mais feliz.

É preciso que nós que legislamos e aqueles que executam as leis tenhamos como meta superior a quaisquer outros objetivos uma mais justa distribuição da renda nacional, um legítimo direito individual e social de cada brasileiro.

É preciso, Sr. Presidente, que manchetes como a publicada no **Jornal Planalto Central** um semana atrás da capital do País, não se tornem uma constante entre nós, banalizando a vergonha. Em letras garrafais, a manchete desse semanário estampou que “Trabalho escravo em vergonha o País”. E arrematou: “Nem a pressão de organismos internacionais é capaz de fa-

zer o Brasil erra de car esse mal... um crime que mancha a imagem do País no exterior.”

Até quando, Sr. Presidente?

Até quando, meus nobres colegas? Como conviver com isso, quando sustentamos o título da oitava economia do mundo? Como justificar a matéria desse semanário que de nunca um aumento de mil por cento no número de trabalhadores escravos no campo, comparado ao número registrado em 1995?

E novamente são citadas as Regiões Norte e Nordeste como as maiores escravocratas do País. Pela ordem, conforme a denúncia, os problemas se concentram nos Estados do Pará, do Maranhão e do Mato Grosso. Em seguida, são citados o Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Acre, Roraima e São Paulo.

A notícia, Sr. Presidente, traz a fonte das denúncias: o próprio Ministério do Trabalho e Emprego, baseada no registro do Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado, o Gertraf.

Causou-me mal-estar ver Roraima, meu Estado, citado neste documento, como também deve estar causando mal aos demais colegas, cujos Estados foram citados. De minha parte, não tenho dúvidas: dos órgãos competentes de meu Estado, exigirei informações mais precisas. Ao Ministério Público Estadual vou solicitar aprofundamento nas investigações e, caso se confirmem tais denúncias, a consequente punição de quem pratica tal crime.

Sr. Presidente, meus caros colegas, queria, em atenção aos trabalhadores de meu País, apenas enumerar conquistas. Não foi possível.

Se fui justa ao citar os dados positivos havidos, justa também devo ser ao alertar sobre as injustiças, o desemprego, a angústia e a aflição pelas quais passam milhares e milhares de brasileiros que querem e precisam trabalhar.

Não foi possível, também, diante da afirmação que, na semana passada, fez a revista **IstoÉ**: “Este ano, o Dia do Trabalho justificará o cotidiano de Dia do Desemprego, pois, só na Grande São Paulo, 19,9% da população economicamente ativa, um exército de 1,84 milhão de pessoas, está desempregada”.

Eram essas, Sr. Presidente e meus nobres colegas, as palavras que gostaria de deixar à reflexão de V. Ex^{as}. E que nos inspire Deus para que, num futuro muito próximo, possamos encontrar o caminho que leve nosso povo à plena realização, o que apenas se consegue com o Trabalho, a Cidadania e a Justiça.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Marluce Pinto, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindberg Cury.

O SR. PRESIDENTE (Lindberg Cury) – Senadora Marluce Pinto, V. Ex^a traz ao Plenário do Senado assunto da maior importância, que, principalmente hoje, faz parte dos grandes debates dos presidentes. É um assunto atualizado. V. Ex^a, ao mesmo tempo, ressaltou o abismo existente entre o Norte, o Nordeste e as outras Regiões do País. Parabéns!

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Joseph Schumpeter, conhecido economista e pensador, dizia que o principal defeito que ele detectava na formação e na prática dos economistas não era nenhuma insuficiência de seu instrumental teórico e técnico, mas a falta de perspectiva histórica. Na sua História da Análise Econômica, também alerta para o fato de que as estatísticas costumam ser totalmente enganosas e de que, para compreendê-las, é preciso conhecê-las o seu substrato epistemológico.

Esse é realmente o defeito que observamos constantemente. Por isso, a toda hora, vemos interpretações totalmente diferentes a respeito de informações estatísticas que nos são fornecidas pelos órgãos encarregados de levantar dados.

Não são apenas os enganos e as ilusões, **amor e precisão**, como dizia Keynes, a precisão fictícia, a precisão mentirosa que os economistas e alguns cientistas sociais costumam prestar aos seus **papers**, às suas produções e às suas colaborações técnicas como o Governo. As ilusões, a ideologia, as distorções, a mentira e o obscurantismo do real se tornam mais importantes e mais vitais em ocasiões de crise. Tendo lido onze disciplinas – dez no curso de Economia e uma no de Sociologia –, penso que posso dizer que a crise econômica, financeira, política e social é a menos estudada das fases da conjuntura de nossa sociedade.

Todos gostaríamos que não houvesse descida e depressão, mas apenas retas tranquilas em que pudéssemos trafegar eternamente, transmitindo aos nossos filhos e netos a mesma tranquilidade e estabilidade que usufruímos durante a nossa existência. Mas não é assim e não pode ser assim.

Na pág. 14 de **O Desafio da Guerra**, publicado pela Biblioteca do Exército Nacional, Bouthoul e Car

ré re apon tam para 344 guer ras. Como se pode fa lar em estabilização, em estabilidade e em cres ci men to auto-sustentado? Eu, que passei tantos anos es tu dan do esse de sen vol vi men ti smo e suas cor ren tes, in clu si ve com curso na Itália a res pei to da eco no mia **svillupo** do de sen vol vi men to, ob vi a men te, não iria aqui ten tar re pro du zir to das es sas ilu sões e en ga nos que os anos 50 le ga ram às dé ca das se guin tes e que estão presen tes até hoje em pra tic a men te to dos os dis cur sos.

São to dos de sen vol vi men ti stas. Eles não per ce bem a totalidade em que estamos inseridos e não que rem per ce bê-la. É uma das for mas de es ca pi mo, de fuga, não ape nas para nos ilu dir, para nos en ga nar, fingindo, **pretending**, mentindo para nós mes mos e para to dos, du ran te mais cem anos – para re pe tir Lord Keynes –, sobre o que es ta va acon te cen do, di zen do que o que é útil para o capi ta lis mo é justo para a so cie da de.

Isso acon te ce como se não houvesse an ta go nis mos, classes so ciais di fe ren tes, in te res ses e con fli tos con stan tes e per ma nen tes, que se vão en gros san do, até se man i fes tar numa des sas inú me ras crí ses ini ci a das em 1810, na In gla ter ra – crí ses do ca pi ta lis mo.

Feita essa in tro du ção, gos ta rí a mos de aler tar para o fa to de que, repa rti r os fe nô me nos, como se houvesse uma crí se da edu ca ção, uma crí se da sa ú de, uma crí se das fi nan ças pú bli cas, uma crí se da dí vi da pú bli ca, uma crí se das re la ções in ter na cio nais, uma crí se da ba lan ça co mer ci al, uma crí se do ba lan ço de pa ga men to, uma crí se da cri mi na li da de, uma crí se do empobrecimento, como se pudéssemos se ci o nar o mun do, di vi di lo em pe que nos pe da ços, dá a ilu são de que cada uma des sas crí ses pode ser ad mi ni strada tran qüi la men te. Essa é, por tan to, uma das téc ni cas da men ti ra, da con stru ção ide oló gi ca, do fin gi men to que os can di da tos a pos tos po lí ti cos, prin ci pal men te, são le va dos a adotar, para não mos trar a pro fun di da de e as di fi cul da des re ais que eles en fren ta rão, den tro de pou co tem po, ao as su mi rem a Pre si dência da Repú bli ca e os cargos da ad mi ni stra ção pú bli ca em ge ral.

Há falta de con he ci men to his tó ri co. Não per ce be mos, por exem plo, que não há ca pi ta lis mo sem dí vi da pú bli ca. Nun ca hou ve capi ta lis mo sem dí vi da pú bli ca. Os Esta dos Uni dos fi ze ram a sua guer ra da in de pen dência no fi nal do sé cu lo XVIII e, já em 1820, a dí vi da pú bli ca pes a va, era car rega da com di fi cul da de pelo po vo norte-ame ri ca no. A par tir daí, ela não pa rou de crescer. Nos úl ti mos ses sen ta anos, os Esta dos

Uni dos con he ce ram 57 anos de dé fi ci tor ça men tá rio. E que rem nos im por um su pe rá vi tor ça men tá rio!

O ca pi ta lis mo ja ma is pro vou ser ca paz de vi ver e de se re pro du zir, du ran te um pe rí o do ra zo á vel, com su pe rá vi tor ça men tá rio. É por isso que o Pre si den te Fer nan do Hen ri que Car do so, na pá gi na 242 de seu li vro in ti tu la do **As Idéias em seu Lu gar**, con fes sa que é im pos sí vel equi li brar o or ça men to e pa gar a dí vi da ex ter na. E o que ele faz? Ele quer im por não ape nas um equi lí brio or ça men tá rio, que ele dis se ser im pos sí vel, mas um su pe rá vi tor ça men tá rio: ar re ca dar mais do que gas tar.

Inú me ros au to res e inú me ros gênios da eco no mia afir ma ram e pro va ram que o ca pi ta lis mo é ei va do de ví ci os. Um des ses ví ci os é, jus ta men te, a in su fi ciência de de man da. O ca pi ta lis mo não gera uma de man da su fi ci en te, e esse fa to pode ser ob ser va do em di ver sos ní ve is. No ní vel da apa rên cia: se o sis te ma ca pi ta lis ta tem que re du zir cus to, tem que re du zir sa lá rio. En tão, ao re du zir sa lá rio, os tra ba lha do res cri am um ex ce den te e esse ex ce den te não pode ser con su mi do por eles por que, se o for, o lu cro de sa pa re ce. O capi ta lis mo, en tão, cria des i gual da de dis tri bu ti va ne cessá ria e uma in su fi ciência de de man da.

Em 1818 - an tes, em 1776, Adam Smith já di zia co i sa pa re ci da -, Ro bert Malt hus, que para mim foi um gênio, um dos pou cos gênios que a his tó ria do pen sa men to eco nô mi co con he ceu, di zia: "Quando lan ço meus olhos pelo mun do e vejo imen sas for ças pro du ti vas de sem pre ga das, quan do vejo o de sem pre go e per gun to por que ele exis te, só pos so res pon der que é por in su fi ciência de de man da efe ti va". In su fi ciência de de man da!

E, num país miserável, num país em que a ex clu são é vi sí vel, num país em que o ar ro cho sa ri al é uma he ran ça his tó ri ca per ver sa, neste nos so País de fa mé li cos, vêm agora os ne o li be rai s, capi ta ne a dos pelo ex-marxista Fernando Henrique Cardoso, dizer que o pro ble ma do Bra sil e da Amé ri ca La ti na de um modo em ge ral é que con su mi mos de mais; o pro ble ma não é de in su fi ciência de con su mo, mas de ex ces so de con su mo, di zem eles, e, por tan to, é ne ces sá rio re du zi rnos sa lá rios, en xu gar mos, in ven ten do to tal men te aq ui lo que, a par tir de Malt hus, cor ren tes im por tan tes do pen sa men to eco nô mi co, co ro a das com Lord Keynes, dis cí pu lo de Malt hus, afir mam.

Há aque les que di ziam que com o re em pre go ha ve ria um equi lí brio au to má ti co em pleno em pre go, que o sis te ma capi ta lis ta fun cio na va de tal ma ne ira que abria o por tu ni da de de em pre go para to dos e, por tan to, a sua mar cha tra zia con si go a pos si bi li da de de to dos os tra ba lha do res es ta rem em pre ga dos. A

cri se vem e mos tra que isso é men ti ra. Isso que o Senhor Fernando Henrique Cardoso e seu governo adotaram como diagnóstico é mentira, é um engano, é um engodo.

Diante dessa necessidade de combater a inflação, que eles dizem ser de corrente de excesso de demanda, de consumo excessivo, principalmente no primeiro reinado, eles vieram e deixaram os preços subir. Rubens Ricupero, então Ministro, declarou tranquilamente que deixaram os preços subir livremente e seguraram os salários, congelaram os salários – preços de Primeiro Mundo, preços de economia japonesa, preços de Tóquio, custo de vida lá em cima e salários miseráveis, congelados; os preços subindo até as camadas geladas da estratosfera e os salários congelados. Assim se combateu a inflação, foi a âncora da fome que permitiu o êxito aparente do Plano Real durante o tempo em que ele durou.

Assim, é óbvio que os problemas sociais, o desemprego, a fome, a agressividade, teriam que crescer neste País e não poderiam ser escondidos pela estatística durante muito tempo.

Há cerca de vinte dias, quando um ilustre membro da ONU passou no Brasil cerca de dez dias, disse que a nossa situação correspondia, em termos de agressividade, mortalidade, mortes violentas, a três guerras sociais. Conseguimos manter o Brasil estável, de acordo com a fala do Governo, com três guerras sociais ocorrendo, de acordo com a expressão que aprendi com esse técnico da ONU.

Des de Adam Smith se percebeu, e dizia Malthus para reпети-lo, que o capitalismo é incompatível com a felicidade humana. Malthus dizia que se os trabalhadores estavam sendo desempregados pelas máquinas, pelos equipamentos, pela eficiência, e se era impossível a aumentar a demanda efetiva para absorver a produção total, a única solução seria criar consumidores improdutivos. Aqueles que foram expulsos pela porta da indústria deveriam ser novamente empregados pela janela dos serviços públicos. Ele defendia que uma das soluções seria aumentar o número de funcionários, de padres, de professores, de juizes, ou seja, o número de consumidores improdutivos – de acordo com sua expressão –, para estabilizar o capitalismo. E dizia ele mais: se houvesse objeção a isso, essa transferência, essa absorção dos desempregados em setores improdutivos ou destrutivos dos setores bélicos da defesa, ou seja, um dos setores contemplados nesse livro dos princípios de Thomas Robert Malthus.

Mas estamos diante do absurdo dos absurdos. O desemprego se tem manifestado crescente nas cri

ses do capitalismo, pois a tecnologia capitalista, que é **labour saving**, que poupa mão-de-obra, concorre com os trabalhadores e os expulsa, ou seja, a tecnologia capitalista tem a mão da máquina que compete com a mão-de-obra, expulsando o trabalhador. Assim, quanto mais desenvolvida for a tecnologia, maior será a tendência para o desemprego capitalista, o desemprego tecnológico. Isso foi constatado no início dos anos 20.

No início dos anos 20, só os Estados Unidos conseguiram manter o desemprego em 4%. A Suécia tinha 17% de desemprego; a Inglaterra, 12%, e assim por diante. Mas os Estados Unidos investiram muito nos anos 20. A produção de carros, por exemplo, passou de dois milhões, no início dos anos 20, para 5,3 milhões em 1929. E foram investimentos tão fantásticos e tão grandes que provocaram a crise de 1929.

Em 1929, produziram 5,3 milhões de carros, uma produção excessiva, sobre acumulação de capital, o que faz com que a margem de lucro caia. A partir daí, verificamos que houve uma queda fantástica da produção e do emprego nos Estados Unidos, pois a capacidade de produção ultrapassou os limites que o capitalismo lhe concedia. A produção do setor automobilístico, por exemplo, o setor mais emblemático, passou de 5,3 milhões, em 1929, para 900 mil, em 1931. De 5,3 milhões para 900 mil. Imaginem o desemprego gerado com isso, as falências de montadoras, distribuidoras, etc., no setor que era o que mais gerava emprego.

(A Sra. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF) – Não comecei ainda, mas já estou concluindo, Srª Presidente.

Realmente, eu não fui feito para ser Senador. O meu lugar é outro e tenho que reconhecer isso com a verdade que sempre me acompanhou. Sou mesmo é professor. Os meus alunos não eram obrigados a me escutar. Nunca fiz uma chamada na minha vida e nunca preparei uma aula. Estudo sem parar e, na universidade, só me ouve quem quer.

O que eu estava tentando dizer, e vou concluir, é que o desemprego em 4% nos Estados Unidos só foi mantido por meio de investimentos crescentes. E esses investimentos levaram os Estados Unidos à maior das crises que o mundo já tinha conhecido, a crise de 1929.

Se, em 1929, os Estados Unidos produziram 5,3 milhões de carros, em 1943, 14 anos depois, produziram apenas 700 mil. Em 14 anos, a produção caiu de 5,3 milhões para 700 mil no setor mais dinâmico da economia norte-americana.

E ficamos pensando que isso é brincadeira! Não é não! Essa crise é uma crise de 1929 potencializada, globalizada, com os problemas todos exacerbados. Ela, em contrajá o Estado, o Governo, que retirou, em parte, a economia capitalista da que a crise, aumentando os seus gastos, comprando o excedente, pagando para não planear, como Roosevelt fez nos Estados Unidos. No Brasil, agora, é tão que rendo pagar aos plantadores de soja dos Estados da Região Sul para que eles não plantem soja.

Agora há a globalização dos problemas e da tentativa de resolvê-los. Em grandes áreas do Brasil, como o Nordeste, há falta de capital. O problema deles era excesso de capital; o nosso é escassez de capital ainda em alguns setores, não em São Paulo — a crise paulista é uma crise de excesso de acumulação. E não conseguimos compreender a especificidade dos nossos problemas.

Desde os anos 30 até hoje, para terminar, houve apenas três anos de superávit orçamentário nos Estados Unidos, governo capitalista; nos outros anos todos houve déficit. O Governo entrava em déficit e cobria esse déficit com novas emissões. Para gastar mais, o Governo aboliu o ouro e a prata como moeda e passou a instilar, na economia, o papel-pinta-do, o **state money**, o papel-moeda inconvertível, que o Governo gastava à vontade até agora, pois entramos na fase do enxugamento, na fase do estrangulamento dos Estados, da tal responsabilidade fiscal e outros no mesmo nível com os quais a burrice tenta se afirmar neste País.

Completo engodo! Completo equívoco! Se reduzirmos salário, se reduzirmos renda, se reduzirmos a capacidade dos Estados e Municípios de gastarem — e a União só trabalha para pagar a dívida externa —, como é que o Brasil, com o emprego em todo o geral, a anorexia, poderá sair dessa crise? É impossível. Isso é uma sangria perverosa. Estão retirando as forças vitais da economia brasileira em nome do combate à inflação.

Para dissertar sobre isso, eu precisaria de umas duas horas. Não é que eu seja contra o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e contra essas formas de combate à inflação, que colocam canis mos que são piões do que a inflação para substituí-la. Posso eliminar a inflação e, por exemplo, deixar um resíduo inflacionário bem pequeno, que crescerá mês a mês e ano a ano, até chegar a 78%. Se tenha e oito por cento é aquilo que deixo de receber todo mês como funcionário, por que os preços subiram 80% no primeiro e no segundo reinados do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E não tive reajuste algum.

Jamais conheci um arrocho com este. A inflação não conseguia me arrochar tanto. No entanto, o combate à inflação, nesses moldes, consegue fazê-lo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso intuía isso. Em seu livro **Capitalismo e Escravidão**, disse que a escravidão no Brasil foi abolida porque ela não conseguia explorar tanto os trabalhadores quanto o capitalismo. De acordo com Fernando Henrique Cardoso, o capitalismo veio porque o desenvolvimento da economia brasileira e da indústria exigiam mais exploração dos trabalhadores do que a escravidão podia fazê-lo. Isso está na tese de doutorado do Presidente, que a está provando, por que Sua Excelência está arrochando o povo como ninguém jamais arrochou e retirando os direitos sociais como ninguém jamais retirou.

Peço desculpas! Passei a semana inteira sem falar nada. Penso que o homem aprendeu a falar, mas não aprendeu a ouvir. Neste plenário, silencioso na minha cadeira, aprendo a ouvir. Algumas vezes, fico satisfeito com o conteúdo que escuto; em outras ocasiões, fico menos satisfeito, mas tenho de fazê-lo.

Já havia dito, escrito e falado que as próximas eleições trariam duas opções para os políticos: o silêncio ou a mentira. O silêncio é escapista. O silêncio de quem está no primeiro lugar, que era da Governadora Roseana Sarney e agora é da queles que ocupamos os primeiros lugares. Os marqueteiros falam por trás, falam no lugar da **intelligentsia** dos partidos, dos sociólogos, dos “políticos”, dos economistas. Agora, são os marqueteiros os filósofos que estão ditando suas estratégias mentirosas que só têm um objetivo: vencer ou vencer, como dizia, infelizmente, Fernando Collor de Melo.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Lindberg Cury deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marluce Pinto, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) — Passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Lindberg Cury.

O SR. LINDBERG CURY (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Marluce Pinto, Sr. e Srs. Senadores, no dia 13 de abril passado, subi a esta tribuna para cobrar do Detran providências com vistas a melhorar o trânsito da nossa cidade, Brasília.

Lembrei, na ocasião, que muitas vias estavam com limites de velocidade diferentes em vários trechos, o que confundia os motoristas, levando-os a se

remapeados injustamente com multas. Citei, aqui, o caso da Avenida das Nações, em que o limite de velocidade varia de 60 a 80 quilômetros por hora, dependendo do trecho, mesmo não sendo a área de trânsito de pedestres, em que o limite de velocidade varia de 60 a 80 quilômetros por hora. Critiquei, também, a indústria das multas, em que os radares eram instalados em locais não visíveis pelos motoristas, sem qualquer sinalização, num flagrante desrespeito à legislação.

Pois bem, hoje, venho aqui não para criticar ou cobrar alguma coisa. Venho para elogiar uma resolução do Denatran, o nosso Departamento Nacional de Trânsito, anunciada na quarta-feira, que regulamenta o uso de radares, os populares paradaís, em vias públicas. A justificativa apresentada pelo Denatran é que “havia sérios indícios de existência de um círculo vicioso onde a multa era a única razão de existência de um par da na via”.

A decisão veio em boa hora. É preciso acabar com o círculo vicioso das multas, que só beneficia as empresas que cuidam dos paradaís. Para essas empresas, que ganham porcentagem em cima de cada infração emitida, não interessa o sentido educativo do trânsito, mas sim a multa pura e simples. Quanto mais multas houver, mais aumenta o seu faturamento. Para se ter uma idéia, para cada multa emitida as empresas controladoras do sistema faturam cerca de R\$40. É um absurdo que deve ser combatido por todos nós.

Na verdade, temos que dar um sentido educativo aos programas de trânsito. Precisamos mostrar ao motorista o risco que ele corre e o risco que ele está levando a outras pessoas quando transita em velocidade inadequada, principalmente nas vias públicas da nossa Capital. Não estou aqui defendendo a impunidade e muito menos a liberação do limite de velocidade nas ruas - que rodei xarisco bem claro -, colocando em perigo a vida de pedestres e de outros motoristas. Mas a multa deve ser utilizada apenas como recurso último, quando as outras alternativas falharem.

Registro que fui uma das primeiras pessoas que apoiaram a instalação dos redutores de velocidade em Brasília, em 1994, quando ocupava o cargo de Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal. Só não concordei com a sua banalização, o que aconteceu a seguir e só beneficiou as empresas que controlavam o sistema. Hoje, Brasília convive com 274 paradaís e lombadas eletrônicas. É bom repetir: Brasília convive com 274 paradaís e lombadas eletrônicas.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, faço aqui um elogio ao Ministro da Justiça, Dr. Miguel Reale Júnior, e ao diretor do Denatran, Jorge Guilherme Francisco

ni, que tiveram a sensibilidade de perceber os erros que vinham sendo cometidos pelo País afora. Esses erros só beneficiavam a indústria das multas.

Agora, pela resolução do Denatran, Estados e Prefeituras terão um prazo de 60 dias para explicar ao Departamento Nacional de Trânsito os critérios usados para implantação de radares e lombadas eletrônicas nas vias públicas. Além disso, os equipamentos só poderão permanecer no local se o órgão público dispuser de um estudo técnico mostrando o índice de acidentes ocorridos na via, o volume de veículos que trafegam pelo local, o potencial de risco para a população e se existe alguma escola nas imediações. Nesse último caso, o Denatran vai ter que tomar as devidas providências, principalmente os Detrans locais.

Sr^a Presidente, aqui em Brasília, temos acompanhado e observado, com certa estranheza, principalmente no Lago Sul, que as velocidades variam - em alguns locais são 60 km e em outros, 50 km. Sessenta quilômetros numa via aberta, sem tráfego, sem pessoas atravessando de um lado para outro é uma velocidade realmente pequena, mas, em determinados locais, essa velocidade cai para 50 km/h. Isso é uma perturbação, é um atraso para quem dirige. É verdade que temos que coibir a velocidade excessiva, mas é importante também que essas multas sejam disciplinadas, porque, em diversos casos, elas têm valores altíssimos, quando um motorista que está dirigindo a 65 km/h é multado com um valor tão elevar que é superior, às vezes, ao valor do próprio carro.

Tenho recebido telefonemas, contatos pessoais e e-mails abordando esse tema, pedindo às nossas autoridades que meditem um pouco a respeito do mesmo. Não deve haver uma necessidade imperiosa de multar, de usar a indústria da multa, sacrificando o povo. Imagine como uma pessoa, por exemplo, com um salário de R\$600 por mês pode pagar uma multa que, às vezes, ultrapassa 50% dos seus rendimentos. Como essa família terá condições de sobreviver?

Por essa razão, que ro elogiar a iniciativa do Denatran, por intermédio do seu Presidente, Dr. Francisconi, e do Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, no sentido de que os “paradaís” ou lombadas eletrônicas só poderão ser instalados se houver um critério técnico que justifique a sua necessidade em determinado local. Isso também vale para os radares móveis. Trata-se de uma moralização que há muito a cidade estava a exigir. A cidade está cobrando das suas autoridades essa iniciativa.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Os Srs. Senadores Jefferson Péres, Edison Lobão, Moreira Mendes e Ney Suassunã enviaram discurso à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} se rão atendi dos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um minucioso estudo da multinacional de consultoria Price Waterhouse Coopers, divulgada há uma semana, reitera o acúmulo de distorções tributárias que estão esmagando a classe média e o trabalho dos brasileiros e paralisando o mecanismo produtivo do País.

Revela a pesquisa que, apenas nos últimos três anos, a carga tributária aumentou cerca de 10%. Uma família com renda bruta mensal de 3.200 reais deixa com o Fisco até 30% do que ganha, ou 960 reais por mês.

Os impostos sobre o consumo são os que mais oneram o bolso do contribuinte, com a peculiar característica adicional da falta de transparência, embutidos que estão nos preços dos produtos e serviços. Assim, tributos como a CPMF, o ICMS e a Cofins abocanharam até 18% da renda bruta das famílias pesquisadas (contra 16% em 1999).

Ora, Sr. Presidente, a experiência internacional já deu provas sobrejas de que taxar pesadamente o consumo significa sufocar a produção a médio e longo prazos. Embora os níveis de arrecadação se mostrem a princípio elevados, com o tempo matam a galinha dos ovos de ouro e destroem as perspectivas de crescimento da economia em bases sustentáveis.

Quem fabrica e vende repassa o imposto para o preço; quem compra acaba perdendo sua capacidade de consumir.

Não é à toa que economias de desenvolvimento sólidas escolhem o caminho oposto.

Sempre de acordo com a pesquisa da Pri ce, enquanto nos Estados Unidos a tributação do consumo representa 16,4% e o Imposto de Renda/Pessoa Física, 40,7% da arrecadação total, aqui o consumo corresponde a 44,8% da taxa ção, ao passo que o IRRF não passa de 13,8% de tudo aquilo que é arrecadado pelo Fisco brasileiro.

Nos Estados Unidos, no Japão e nos países da União Européia, os alvos prioritários de taxação são a renda e o patrimônio – e não a produção e o consumo –, por que os dois últimos são fatores de geração de emprego e crescimento, e tributá-los excessivamente equivale a impor um ônus desproporcional às classes menos favorecidas. Senão, vejamos: no Brasil, os

remédios embutem 28% de impostos nos seus preços; 15% dos preços do feijão e do arroz correm por deméritos. Frango, macarrão e detergente arcam com cargas de 20%, 6% e 35%, respectivamente.

Numa palavra, o predomínio dos impostos indiretos e em cascata, tais como a CPMF, o PIS e a Cofins, atestam o caráter pouco transparente e nada democrático do nosso sistema tributário.

Se, ao mesmo tempo, todo esse dinheiro suja do pelo Fisco fosse devolvido à população sob a forma de serviços públicos dignos da cidadania... Mas, qual! Nos últimos anos, a classe média se viu literalmente forçada a gastar o que a sanha fiscal não consegue engolir em escolaparticular para os filhos, planos de saúde para a família, previdência privada, até mesmo sistemas privados de segurança, a fim de suprir as crescentes lacunas da omissão estatal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o modelo vigente, caracterizado por altas taxas de juros, iniquidadetributáriae arrocho fiscal, já dá claros sinais de esgotamento. Eles se manifestam em toda a sua perversa irracionalidade nos elevados índices de desemprego e na contração dos rendimentos reais do trabalho, que, desde 1999, caiu 10,6%, conforme dados do IBGE. Que o diagam os trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços de todo o País, quando são demitidos. Depois de semanas, meses, quem sabe, anos batendo de porta em porta à procura de nova colocação, ao encontrá-la são obrigados a aceitar uma redução de até metade do salário. É pegar ou largar.

Assim, as dívidas se acumulam, a inadimplência bate recordes, o aluguel ou a prestação da casa própria atrasa, os estudos se interrompem, o lazer desaparece, a comida escasseia, os sonhos morrem, a desesperança se instaura, as engrenagens da economia emperram.

Eis aí o quadro sintético dos impasses produzidos pela omissão da política econômica diante do desafio inadiável da reformatributária.

Se ela não entrar na agenda dos presidentes como uma autêntica prioridade, se não encabeçar concretamente seus projetos para o Brasil de amanhã, então, senhoras e senhores, não haverá amanhã para o Brasil.

Era o que tinha a comunicar, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos enfatizado, desta tribuna, a fundamental importância de atentarmos para o setor do agonegócio como um dos essenciais instrumentos de uma política de exportação. Agora, verifica-se que a continuação dos superávites apre-

sentados pela balança comercial brasileira está condicionada ao desempenho das vendas de produtos agrícolas até o fim do ano. A queda nos preços dos bens industrializados no mercado internacional, provocada pelo desaquecimento da economia americana e a recessão na Argentina, terão de ser compensadas pelo aumento das exportações de produtos básicos para garantir o bom desempenho da balança. Só com a soja, que já está sendo embarcada para o exterior, o país espera vender US\$ 5 bilhões este ano.

Todos os setores da economia brasileira são importantes para a exportação. Só será possível atingirmos metas satisfatórias se olharmos o setor exportador em seu conjunto. Venceremos as oscilações constantes se os exportadores em sua totalidade, a despeito da atual crise mundial, confiarem em nossa capacidade e forem à luta. Até hoje, fizemos por merecer. Não acreditaram nas visões catastróficas e sentiram que era possível atingir resultados positivos. Prejudicados por fatos externos, como a redução das compras argentinas e norte-americanas, procuraram mercados alternativos com criatividade e o apoio firme da diplomacia brasileira. Já em novembro de 2001, as vendas tinham crescido 62% para o Oriente Médio, 23% para a Ásia e 61% para a África.

A atuação do Itamaraty como agente econômico nesse contexto, portanto, vem sendo de suma relevância para o País. A providência alviagem do Presidente Fernando Henrique à Rússia, há pouco tempo, veio reforçar esta necessidade de se procurar mercados alternativos aos nossos tradicionais parceiros, principalmente de pois das injustificadas e absurdas restrições dos EUA ao aço brasileiro.

A prometi da visita do Presidente Vladimir Putin ao Brasil, ainda este ano, contribuirá para acelerar a implementação de uma política conjunta extremamente positiva. O Brasil necessita dispor de condições que lhe permitam a formação de um grande saldo em sua balança de comércio, para equilibrar eventualmente os déficits em transações correntes da ordem de US\$ 20 bilhões. Precisamos ter acesso às tecnologias de ponta, de cujo controle dependemos com versão em país plenamente desenvolvido. Para isso, no entanto, o Brasil não dispõe de muito tempo neste contexto competitivo global, caracterizado pelas políticas excludentes adotadas pelos países do G-7.

É nesse quadro que os acordos com Rússia e Ucrânia são da mais alta importância, pois ampliam, desde logo, perspectivas comerciais, proporcionando ao Brasil alternativas às economias ocidentais, outras fontes de suprimento de equipamentos e tecnologia, além do aumento das exportações de alto valor agre-

gado, como aviões da Embraer, ou de tecnologias sofisticadas, como as da Petrobras.

Os presidentes Cardoso e Putin constataram, em seus entendimentos, a enorme coincidência de interesses internacionais entre os dois países. Daí a oportuna decisão brasileira de dar apoio ao ingresso da Rússia na Organização Mundial do Comércio – OMC e da decisão russa em apoiar o indispensável alargamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a admissão do Brasil como membro permanente.

Diversos outros acordos foram alcançados por Fernando Henrique Cardoso na Rússia e na Ucrânia. Além das possibilidades de ajuda que os países ao projeto espacial brasileiro em Alcântara, houve outros entendimentos de grande relevância, como os relacionados com as necessárias reformas do FMI e do Banco Mundial, temas há muito colocados pelo Itamaraty com maestria em vários fóruns internacionais.

Nas difíceis condições deste começo de século, a possibilidade de preservar e ampliar a autonomia externa e interna depende da consolidação de uma política externa mais ampla possível. Uma atuação multilateral que abarque o Mercosul, com a correlata formação de um sistema sul-americano de cooperação e livre comércio, articulado numa colaboração política e econômico-tecnológica com a União Européia. Isso tudo como possibilidade de alternativa à pretendida “Alca”.

Estrategicamente, um país com as dimensões e potencialidades do Brasil não pode se submeter às vicissitudes de um só parceiro, como os EUA. Deve, sim, saber seguir sua vocação multilateral com vistas a grande parceria com os outros três grandes países semicontinentais possuidores de um mercado gigantesco, a começar pela Rússia, mas posteriormente incluindo China e Índia.

Na verdade, este projeto não é novo. Esta nos apenas revigorando um antigo sonho do Itamaraty, que remonta às idéias inovadoras e consistentes do eminente embaixador Adolfo Justo Bezerra de Menezes, nos Anos 40/50; passando pelos esforços dos chanceleres Afonso Arias, San Thiago Dantas, Hermes Lima, Evanildo Lins e Silva, nos Anos 60; até ser soberanamente retomado pelo Governo Geisel nos Anos 70. Porém, devido a conjunturas externas e internas desfavoráveis, tal projeto acabou no esquecimento. Mas, felizmente, o atual governo está tendo a sensibilidade e a ousadia de retomá-lo.

Por outro lado, o Brasil está também fazendo o que lhe compete fazer. Hoje, temos uma política de desenvolvimento e apoio às exportações. Embora haja

dificuldades externas e internas, a política econômica está sensível às classes exportadoras. Para 2002, em decorrência da tendência recessiva mundial, no entanto, necessitamos de uma política de exportação mais agressiva ainda. Temos que continuar a apoiar promoções mais sistemáticas de produtos competitivos, créditos mais favoráveis para produção/comercialização e políticas diplomáticas e comerciais cada vez mais firmes contra as restrições comerciais de parceiros tradicionais. Além, é claro, da preocupação com a imprescindível reforma fiscal e com os juros altos.

Ainda em novembro de 2001, a classe exportadora brasileira esteve reunida no Rio de Janeiro durante o XXI Encontro Nacional de Comércio Exterior. Trata-se do mais importante evento anual do comércio exterior, cujo mérito foi, principalmente, o de provocar ampla discussão sobre os diferentes temas de interesse da atividade exportadora no Brasil.

Apesar dos inegáveis esforços do Governo e do empresariado nacional em prol da diversificação, o Brasil ainda mantém uma forte concentração de mercados, produtos e empresas em sua pauta exportadora. Mais da metade das vendas externas brasileiras está direcionada para apenas 6 mercados (EUA, Argentina, Países Baixos, Alemanha, Japão e Itália) e, além disso, somente as regiões Sul e Sudeste respondem por 80% da nossa pauta exportadora. Contabilizamos, hoje, pouco mais de 15 mil empresas exportadoras. Deste total, cerca de duas mil são recém-chegadas ao setor. No entanto, o número de empresas importadoras é quase o dobro, o que significa que sabemos importar, mas precisamos aprender o caminho do exterior. É importante termos grandes firmas de exportação, mas, ao mesmo tempo, precisamos estimular fortemente os pequenos e médios empresários.

O engajamento de novos participantes, mais do que viável, é absolutamente indispensável. Além do fato de que é impossível aumentar as exportações sem aumentar a base exportadora. Estima-se que cada bilhão de dólares adicionais exportado represente cerca de 60 mil novos empregos.

É oportuno, em todo esse esforço de ampliação de nossas exportações, o apoio do governo junto à Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior – “Rede agentes”, uma das principais ações do “Programa Cultura Exportadora”, administrado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Trata-se de programa desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Senai, que tem como objetivo a criação de uma rede na ci-

nal de agentes de Comércio Exterior, interligando todos os estados do País. Estes agentes, que começaram a ser formados em 2000, estão trabalhando como multiplicadores dos conhecimentos básicos da cultura exportadora. É uma ação voltada, principalmente, para as micro e pequenas empresas interessadas em exportar seus produtos. Inicialmente, foram treinados os formadores de agente e empresários, que agora participam da capacitação dos agentes em todos os estados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como se vê, tudo que conseguimos no comércio exterior até hoje não foi decorrente de um golpe de sorte, mas resultante de uma política de Governo em aliança com as classes produtivas e toda a sociedade. Infelizmente, certos setores das oposições, quando o assunto é o futuro do Brasil, elaboram análises simplistas que procuram tapar o sol com o pé direito. Na verdade, não há como negar o feliz avanço de nosso País, a passos firmes, por caminhos retos e transparentes, embora haja muito ainda a fazer.

É o que desejamos assim prossiga. Neste ano eleitoral, esses temas deveriam ser claramente expostos à sociedade pelos vários candidatos, pois trata-se de elementos fundamentais para que continuemos no caminho certo, no esforço de sanar todos os empecilhos à melhoria de nossa competitividade externa.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso nos dar a oportunidade de deixar passar em branco uma data muito especial para todos nós, seres humanos: **O Dia das Mães**. Excluído o espírito da exploração comercial desse dia, atente-mos para a sua essência, que é o espírito do amor, da virtude, do doar-se por inteiro, da tolerância, da esperança, do que rer o melhor para o outro, do anular-se no afã de fazer o filho melhor.

Para essa mulher, grande mulher, valiosa mulher que, hoje em dia, além de mãe, é dona-de-casa, é operária, é chefe de família, é esposa, é tudo, e no seu dia-a-dia consegue multiplicar suas horas, dividindo a atenção entre tantos assuntos como a escola do filho, a organização da casa, o marido, a saúde física, moral e espiritual da família, os compromissos sociais, o trabalho.

Hoje, no mundo moderno em que vivemos, a mulher que foi criada por Deus não apenas, mas com a finalidade essencial de ser mãe, de dar vida ao mundo, de multiplicar os seres humanos na face da

terra, tem conquistado de maneira soberba, ética, e competente o seu espaço em todos os segmentos da sociedade: na educação, as saúdes, na economia, e em especial na política, dando assim, um toque de lidado, ameno, feminino, enfim, mais humano aos relacionamentos, um toque de mãe, na sua maneira mais pura e mais sublime.

Portanto, Srs. Senadores, eu, como filho, esposo, e pai, presto a minha homenagem e aplaudo as Srs. Senadoras mães e todas as mães do meu Estado e de todo o Brasil, em especial à minha esposa e à minha mãe por este segundo do mês de maio. Que todas possam neste dia ter muitos motivos para sorrir.

A todas as mulheres mães muito especiais, não importa a raça, a cor, a religião, a ideologia, apenas mães, que ri das mães, lindas mães, para bém!

Para finalizar esta singela, mas sincera homenagem, cito aqui um verso do poeta Jíóia Júni or:

Para a mãe, ele é sempre o menino.

Seja ele um pregado ou um assasino,

É só seu filho, o menino, a criança.

Para a mãe ele é quase divino.

Mal da de não o atinge, inveja não o alcança.

Que todos nós, filhos, tornemos verdade este verso, para todas as mães.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Srs e Srs. Senadores. Começa na próxima segunda-feira, em Genebra, a cúpula da OMS.

O Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, que tenho a honra de presidir, encaminhou, em 7 do corrente, correspondência ao Ministro Celso Lafer apoiando a admissão de Taiwan na referida Organização, na condição de observador.

Pas-se à sua leitura, a fim de que conste nos Anais da Casa, o documento referido:

Bra-sília, 7 de maio de 2002

Excelentíssimo Senhor

Dr. Celso Lafer

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Bra-sília – DF

Senhor Ministro,

Nós, Senadores integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, vimos por meio desta solicitar a simpatia do governo brasileiro no sentido de apoiar o ingresso de Taiwan na Organização Mundial de Saú-

de (OMS) como País Observador e também para participar, ainda na condição de Observador, da Assembleia Mundial de Saúde (AMS), que acontecerá entre os dias 13 e 18 de maio corrente em Genebra, Suíça.

Dentre as numerosas razões que favorecem a admissão de Taiwan na OMS, podemos destacar as seguintes:

- Taiwan tem o próprio sistema universal de seguro de saúde pública - o primeiro da Ásia - uma rede de tratamento, comunicação e instalação de pesquisa de saúde e fomento de indústria farmacêutica ativa;

- Atualmente Taiwan goza de alto nível de expectativa de vida, muito acima da média da Ásia, com taxas baixíssimas de mortalidade infantil;

- Taiwan erradicou doenças infecciosas como a peste, varíola, raiva e malária nos anos 50. Não se tem notícia de nenhum caso de poliomielite deste 1983;

- Taiwan é o primeiro país do mundo a vacinar gratuitamente crianças contra hepatite B e foi o mais rápido em responder à epidemia de AIDS;

- Saúde é um direito concreto para 23 milhões de taiwaneses, cuja população configura um universo maior que a população modal de três quartos dos países membros da OMS to-ma dos de per si.

- Em 14 de março de 2002, o Parlamento Europeu, representando 370 milhões de cidadãos da União Européia, aprovou uma resolução endossando a participação de Taiwan na reunião de cúpula da Assembleia Mundial de Saúde de 2002, como Observador.

Em 19 de março de 2002, o Senado dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei (H.R. 2739) autorizando um plano dos Estados Unidos para endossar e obter status de Observador para Taiwan na reunião de cúpula da Assembleia Mundial de Saúde em 2002. O Presidente Bush assinou esse projeto, transformando-o em lei em 4 de abril deste ano.

Senhor Ministro, a série de doses forçosamente apreendidas pelo Governo e pelo Povo de Taiwan no seu relacionamento cultural, econômico e comercial com o Brasil e, mais recentemente, o estreitamento dos laços que nos unem e a identificação de áreas de interesse comum estão a exigir uma participação ativa do Brasil no sentido de se solidarizar às legítimas pretensões de Taiwan.

Entende-se que, a fim de evitar questões políticas no plano externo, a participação de Taiwan na OMS pode ser permitida como "Entidade de Saúde Pública"; novo método de admissão, a exemplo do que ocorreu quando Taiwan foi aceito como membro

da Organização Mundial do Comércio (OMC), na condição de entidade econômica, tendo recebido o apoio dos demais membros daquela Organização.

Assim sendo, nós, os Senadores integrantes da Frente Parlamentar Brasil-Taiwan, gostaríamos de expressar nosa total compreensão e firme apoio quanto à justiça do pleito, reiterando que na nossa opinião, a atribuição do status de Observador a Taiwan, dentro da Organização Mundial de Saúde, será de grande valia para todos os países-membros e, mais que isso, a afirmação dos princípios mais nobres que devem reger as políticas públicas destinadas a privilegiar o direito à vida, à saúde e à dignidade dos seres humanos, indistintamente.

Pelo exposto, apoiamos vigorosamente a candidatura de Taiwan e contamos com o brilho da inteligência, discernimento e competência diplomática de Vossa Excelência para o encaminhamento da matéria.

Atenciosamente, Frente Parlamentar Brasil – Taiwan, Senador **Ney Suassuna**, Coordenador) – Se-

nador **Álvaro Dias** – **Arlindo Porto** – **Arthur da Távola** – **Bernardo Cabral** – **Carlos Bezerra** – **Carlos Wilson** – **Casildo Maldaner** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Emília Fernandes** – **Freitas Neto** – **Gilberto Mestrinho** – **Benício Sampaio** – **Íris Rezende** – **José Agripino Maia** – **José Fogaça** – **José Jorge** – **Leomar Quintanilha** – **Lúcio Alcântara** – **Ricardo Santos** – **Luiz Otávio** – **Reginaldo Duarte** – **Maguito Vilela** – **Maria do Carmo Alves** – **Mauro Miranda** – **Osmar Dias** – **José Serra** – **Romeiro Jucá** – **Romeu Tuma** – **Wellington Roberto**.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(*Levan ta-se a sessão às 11 horas e 53 minutos.*)

(OS 14568/02)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS	
PMDB	- Francisco Escórcio	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPLCY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução nº 20, de 17 de março de 1993)

Composição ao início da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB			
Titulares	UF	Suplentes	UF
Juvêncio da Fonseca ²	MS	1. Renan Calheiros	AL
Carlos Bezerra	MT	2. (vago) ³	
Casildo Maldaner	SC	3. Marluce Pinto	RR
João Alberto Souza	MA	4. Gilvam Borges	AP
Nabor Júnior	AC	5. Gerson Camata	ES
PFL			
Geraldo Althoff	SC	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁴	TO
Moreira Mendes	RO	2. (vago) ⁵	
Bello Parga	MA	3. Mozarildo Cavalcanti	RR
Waldeck Ornelas	BA	4. Jonas Pinheiro	MT
Bloco (PSDB/PPB)			
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1. Freitas Neto (PSDB) ⁶	PI
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2. Romero Jucá (PSDB)	RR
Leomar Quintanilha (PFL) ⁷	TO	3. Luiz Pontes (PSDB) ⁸	CE
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ⁹			
Heloísa Helena (PT)	AL	1. Marina Silva (PT)	AC
Jefferson Péres (PDT)	AM	2. Paulo Hartung (PSB) ¹⁰	ES
PSB			
Roberto Saturnino ¹¹	RJ	1. Ademir Andrade	PA
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)			

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

² Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

³ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do exercício do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁴ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁶ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁷ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

⁹ Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, p. 4919).

¹⁰ Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

¹¹ Comunicação de desfiliação do PSB, a partir do dia 27.2.2002, lida na Sessão do SF de 6.3.2002 (DSF de 7.3.2002, p. 1735).

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4638 - 3492 - Fax: 4573

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 12.4.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Cassido Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - José Jorge	PE	1284/3245
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga (3)	MA	3069/3072	7 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057

BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Páez	AM	2081/2083

PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 08/05/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		PMDB		SUPLENTEs	
GILVAM BORGES		AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	
WELLINGTON ROBERTO (3)		PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033	
TITULARES		PFL		SUPLENTEs	
MOREIRA MENDES		RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74	
TITULARES		BLOCO PSDB/PPB		SUPLENTEs	
GERALDO MELO (PSDB) (2)		RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71	
TITULARES		BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)		SUPLENTEs	
PAULO HARTUNG (1)		ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322	
ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001					
REUNIÕES:					
SECRETÁRIO:					
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605					
FAX: 311-4344					
SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA					
☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255					
E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br					
ATUALIZADA EM: 22.02.2002					

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: **ROMEU TUMA**
 Vice-Presidente: **MARINA SILVA**
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga (2)	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1264/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4096
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloisa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PDT

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em: 08/05/2002

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena**

PMDB

**Marluce Pinto RR – 1301/4062
Valmir Amaral DF – 4064/4065**

PFL

**Geraldo Althoff SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves SE – 4055/4057**

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

**Heloísa Helena AL – 3197/3199
Emília Fernandes RS – 2331/2337**

PDT

Sebastião Rocha AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
MARIA DO CARMO ALVES	SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
HELOÍSA HELENA	AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES	RS – 2331/2337
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**Marluce Pinto
Gilvam Borges
João Alberto Souza**

**RR – 1301/4062
AP – 2151/2157
MA – 4073/4074**

PFL

**Geraldo Althoff
VAGO**

SC – 2041/2047

BLOCO PSDB/PPB

**Benício Sampaio
Freitas Neto**

**PI – 3085/3086
PI – 2131/2137**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

Tião Viana

AC – 3038/3493

PDT

Sebastião Rocha

AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES			SUPLENTE	
		PMDB		
Mauro Miranda	GO – 2095/97		1. Casildo Maldaner	SC – 2141/47
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29		2. Vago	
		PFL		
Lindberg Cury	DF – 2012/15		1. Paulo Souto	BA – 3173/75
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57		2. Waldeck Ornelas	BA – 2211/17
		BLOCO PSDB/PPB		
Vago			1. Vago	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)		
Emilia Fernandes	RS – 2331/37			
		PDT		
			1. Sebastião Rocha	AP – 2241/47
		PSB		
Ademir Andrade	PA – 2101/2109		1. Vago	

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 03/10/2001

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Mariuca Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – José Jorge	PE	1284/3245
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 29/04/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Cesildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Mariuce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/60
José Sarnay	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Lima	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves (Vaga cedida ao PTB)	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Biqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSP de 07/03/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 29/04/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA (2)
GERSON CAMATA
PEDRO SIMON
JUVÊNCIO DA FONSECA

FREITAS NETO
FRANCELINO PEREIRA
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR

LÚCIO ALCÂNTARA
RICARDO SANTOS

GERALDO CANDIDO (PT)
EMÍLIA FERNANDES (PT)

RS-1207/1607
ES-3203/04
RS-3232
MS-3015/16

PI – 2131/37
MG-2414/17
BA-2191/96

CE-2303/08
ES-2022/24

RJ-2171/77
RS-2331/37

SUPLENTES

PMDB

1-VALMIR AMARAL
2-NABOR JÚNIOR
3-CASILDO MALDANER
4-MAURO MIRANDA

DF-1962
AC-1478/461
SC-2141/42
GO-2091/92

PFL

1-GERALDO ALTHOFF
2-VAGO
3-ROMEU TUMA

SC-2041/47
SP-2051/57

BLOCO PSDB/PPB

1-VAGO
2-VAGO (1)

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

1-EDUARDO SUPPLY (PT)
2-MARINA SILVA (PT)

SP-3213/15
AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)

RJ-4229/30

VAGO

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs
	PMDB	
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA
	PFL	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES
	BLOCO PSDB/PPB	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO
	PDT	

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES
	PMDB	
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO
	PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY
	BLOCO PSDB/PPB	
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	
	PDT	
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60	

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 03/04/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Vago			5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :08/05/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Valmir Amaral	DF	1981/1068
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Francisco Escórcio	DF	3089/3072	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPR					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Juóá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 08/05/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

Alberto Silva PI – 3055/57
Roberto Requião PR – 2401/07
Gerson Camata ES – 3203/04

Paulo Souto BA – 3173/75
Jonas Pinheiro MT – 2271/77

Teotonio Vilela Filho AL – 4093/95

Geraldo Cândido RJ – 2171/77

PMDB

1- Iris Rezende GO – 2032/39
2- Valmir Amaral DF – 1961/66
3- Gilberto Mestrinho AM – 3104/06

PFL

1- Mario do Carmo Alves SE – 1306/4659
2 – VAGO

BLOCO PSDB/PPB

1- Luiz Otávio PA – 3050/3093

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)

1- Roberto Saturnino RJ – 4229/30

PDT

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			

PDT

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Adomir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 08/05/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs
	PMDB	
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	PB-3194/95
	PFL	
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)
	BLOCO PSDB/PPB	PI-2131/37
VAGO (4)	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
	BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PPS)	
	PDT	
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***00	311 2401	323 4108	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1. CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1. INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



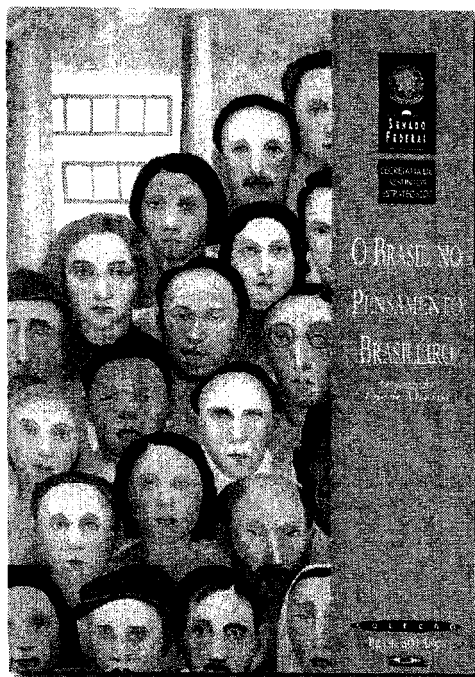
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 82 PÁGINAS